

REVISTA DE SEGUROS

• MONTADORAS FECHAM O PRIMEIRO TRIMESTRE NO AZUL, MAS DESAFIOS SE AVIZINHAM DO RADAR DO SETOR

• VENDAS DE IMÓVEIS AMPLIAM DEMANDA DE SEGUROS QUE COBREM RISCOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

• COP30: SEGURO E INDÚSTRIA AFINAM ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A CRISE CLIMÁTICA

"TERRAS RARAS" TRANSFORMAM O SUBSOLO DO PAÍS EM ATIVO ESTRATÉGICO DO CLIMA

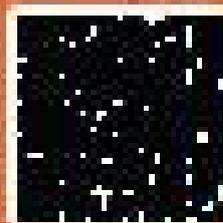




Acesse o novo

PORTAL DE SOLUÇÕES da CNseg

Em um só lugar, produtos e informações para a sua seguradora tomar a decisão certa.



Portal de Soluções CNseg

Criado para seguradoras,
com as seguradoras



COMERTV
CORPORATIVO
TELEVISION

06

FÓRUM BRASIL-FRANÇA

Eventos em Paris apontam o papel de liderança do Brasil na transição global para uma economia de baixo carbono, um vetor indispensável ao desenvolvimento econômico, à competitividade dos negócios e à resiliência social.



22

CABOTAGEM

O governo aposta nas concessões de hidrovias para impulsionar a navegação fluvial. O modal é eficiente, sustentável e essencial para o desenvolvimento de regiões. Subutilizado, tem potencial para dobrar sua malha navegável.

10

CAPITAL DA COP30

Belém vive um momento de transformação com os preparativos para a COP30. Investimentos inéditos em infraestrutura, mobilidade e saneamento convertem Belém numa capital mais moderna, conectada e ambientalmente consciente.



24

MAPA AGRÍCOLA

O mapa agrícola do País muda diante das alterações climáticas, que afetam o calendário das safras e desafiam a previsibilidade no campo. Novas estratégias são usadas para enfrentar com um cenário que deve persistir por décadas.

13

"TERRAS RARAS"

Guia aos investidores, protocolos de segurança e financiamento às pesquisas de "terras raras" (grupo de 17 minérios críticos e estratégicos) colocam o Brasil no mapa da soberania tecnológica e no protagonismo da mineração sustentável.



26

CONSTRUÇÃO CIVIL

Apesar da alta da Selic, o setor de construção civil segue aquecido, sustentado por financiamentos já contratados e forte demanda habitacional. Esse crescimento impulsiona os produtos de seguros ligados à construção.

18

MONTADORAS X SEGUROS

Vendas da indústria automotiva aumentam, mas montadoras enfrentam a concorrência chinesa, as incertezas globais, os entraves fiscais e os desafios tecnológicos que trazem impactos também para o setor de seguros.



34

CLIMA X GÊNEROS

As mudanças climáticas afetam mulheres de forma desproporcional, tornando a crise também uma questão de gênero. O Ministério das Mulheres vai listar ações de mitigação e adaptação com foco nas mulheres e discuti-las na COP30.



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE

Ivan Luiz Gontijo Junior

VICE-PRESIDENTES NATOS

Edson Luis Franco, Denis dos Santos Moraes, Ney Ferraz
Dias e Raquel Reis Correa

DIRETOR-PRESIDENTE

Dyogo Oliveira

CONSELHO DIRETOR

André Gustavo Borba Assumpção Haui, Breno Persona
Machado Gomes, Eduard Folch Rue, Eduardo
Nogueira Domeque, Eduardo Stefanello Dal Ri, Erika
Médici Klaffke, Felipe Costa da Silveira Nascimento,
Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos,
Francisco Alves de Souza, Helder Molina, João de Lima
Geo Neto, Jorge de Souza Andrade, José Adalberto
Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Leandro
Martinez Raymundo, Luciano Soares, Marcelo
Malanga, Maximiliano Alejandro Villanueva, Pablo dos
Santos Meneses, Patrícia Andrea Freitas Velloso dos
Santos, Pedro Cláudio de Medeiros Bocayuva Bulcão,
Pedro Pereira de Freitas e Roberto Teixeira de Camargo

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORA-CHEFE

Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS

Clovis Horta e Vagner Ricardo

EDITOR DE IMAGEM

Kleber Batista Mattoso

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira,
Glauce Carvalhal

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

COLABORADORES

Andréa Machado, Bianca Rocha, Carla Canteras,
Célia Perrone, Cláudio Henrique, Fábio Nascimento,
Mário Moreira, Michel Alecrim e Olga de Mello

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens
Google, CBJ, COB, divulgação de empresas e Wagner
Carmo CBAAt.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Kleber Batista Mattoso

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e
Marketing da CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
<https://revistadeseguros.cnseg.org.br/>
E-mail: clovis.filho@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Impressa: 2.000 destinatários

● **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**



**WhatsApp
da CNseg**

Fique por dentro
das novidades do
mercado segurador.





BRASIL DEFINE PROTOCOLOS PARA EXPLORAR RESERVAS DE "TERRAS RARAS"

“**T**erras raras” estão entre os minerais estratégicos para fomentar tecnologias de baixo carbono — de turbinas eólicas a veículos elétricos. Em ano de COP30, A Revista de Seguros aborda desafios e oportunidades da exploração desses minerais no Brasil na matéria de capa.

O País detém a terceira maior reserva mundial de “terras raras”, responde por apenas 1% da produção global, mas pode atingir 10% em alguns anos. Minas Gerais, Amazonas, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Roraima estão no mapa da exploração dessa riqueza mineral. Com a demanda crescente e tensões geopolíticas, dominar essa cadeia produtiva é urgente — hoje, o País ainda depende do exterior para processar o que extrai. Os riscos ambientais existem e precisam ser enfrentados com responsabilidade, e debate é inevitável: como avançar nessa nova corrida mineral sem cometer erros?

Outra reportagem destaca o momento de recuperação das montadoras brasileiras,

com alta em vendas, produção e exportações no primeiro trimestre do ano. Ao mesmo tempo, enfrenta desafios que ameaçam sua sustentabilidade — o principal deles, a crescente concorrência de veículos chineses elétricos e híbridos, mais tecnológicos e baratos. O cenário também impacta as seguradoras de automóveis, que correm para revisar apólices e ajustar modelos de precificação, já que a entrada de veículos elétricos e importados altera o perfil de risco, exigindo soluções sob medida.

Motor do crescimento econômico, a construção civil registra desempenho satisfatório nos últimos anos, sobretudo no mercado imobiliário, o que tem propiciado a alta na arrecadação das modalidades de seguros que cobrem diversos riscos dessa atividade.

Outro canteiro de obras é Belém do Pará. Reportagem mostra como investimentos inéditos em infraestrutura, mobilidade e saneamento colocam a capital paraense em novo

patamar de desenvolvimento e no radar do turismo mundial a partir da COP30.

No Fórum de Seguros Brasil–França, realizado pela CNseg em parceria com a France Assureurs, em Paris em junho, concluiu-se que o mercado segurador pode — e deve — ser protagonista nas respostas à crise climática. E revelou um contraste gritante: enquanto na França 97% dos imóveis residenciais têm seguro contra danos climáticos, no Brasil esse número não passa de 15%.

Duas outras reportagens tratam do universo agro. Uma examina o debate sobre a reestruturação do Seguro Rural, a fim de modernizá-lo em razão dos eventos climáticos extremos e reduzir gastos do Tesouro com perdas no campo. A outra destaca como as mudanças climáticas começam, gradualmente, a mudar o mapa agrícola brasileiro. Trata-se de um processo que se estenderá pelos próximos 20 ou 30 anos, com risco de tornar regiões inaptas para determinados cultivos.

SEGUROS E SETOR PRODUTIVO AFINAM ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A CRISE CLIMÁTICA

Os debates do Fórum de Seguros Brasil-França revelaram como o mercado segurador pode (e deve) ser protagonista da resposta à escalada de eventos extremos do clima no mundo.

O Brasil pode ocupar um papel de liderança na transição global para uma economia de baixo carbono. Essa reflexão ficou clara em dois fóruns realizados em junho, em Paris. Mais do que uma questão ambiental, essa transição já é reconhecida como um vetor indispensável para o desenvolvimento econômico, a competitividade dos negócios e a resiliência social.

O Fórum de Seguros Brasil-França, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) em parceria com a France Assureurs, e o Fórum Econômico França-Brasil, organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), foram unânimes: o tempo da inação acabou.

Em meio à escalada de eventos extremos no mundo, o setor de seguros se consolida como uma das principais bússolas para entender, precificar e enfrentar os riscos climáticos. Ao mesmo tempo, a indústria brasileira afirma-se como

força motriz da descarbonização — não apenas por necessidade regulatória, mas porque compreende que a sustentabilidade é hoje um pilar indispensável da competitividade.

“O clima deixou de ser uma abstração futura e tornou-se um risco presente, diário e inadiável”, afirmou o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, durante o evento na França. E completou, de forma categórica: “Não há mais espaço para o negacionismo climático.”

DIMENSÃO DO PROBLEMA

A contundência das palavras é respaldada por números que não deixam margem para dúvidas. Apenas no primeiro semestre de 2024, os desastres naturais provocaram US\$ 368 bilhões em perdas econômicas no mundo, dos quais US\$ 145 bilhões foram pagos em indenizações pelo setor segurador.

No Brasil, a dimensão do problema também já é sentida em cifras bilionárias. As enchentes no Rio Grande do Sul, que afetaram milhares



“O clima deixou de ser uma abstração futura e tornou-se um risco presente, diário e inadiável. Não há mais espaço para o negacionismo climático.”

Dyogo Oliveira, CNseg



de famílias e empresas, levaram o setor de seguros a pagar, até junho, cerca de R\$ 6 bilhões em indenizações diretas, além de R\$ 4 bilhões liberados pelo Seguro Rural.

“As séries históricas já não servem mais como parâmetro. O que antes funcionava para calcular riscos agora não funciona mais. Estamos lidando com uma realidade que muda mais rápido do que os modelos conseguem prever”, alertou Oliveira.

Essa percepção é compartilhada por André Corrêa do Lago, embaixador de carreira, negociador climático há mais de duas décadas e atual presidente da COP30, evento que acontecerá em Belém (PA), em novembro deste ano.

“O setor de seguros é um dos poucos que já percebeu que olhar para o passado não basta mais para calcular riscos. Isso muda tudo. Antes, projetávamos olhando para trás. Agora, é preciso olhar para frente — e para pior”, afirmou Corrêa do Lago, de forma direta, durante os debates.

Mais do que um problema técnico, essa mudança de paradigma representa um ajuste pro-

fundo na lógica econômica global. “Estamos começando a entender de forma concreta o quanto custa não agir. E o preço da inação já é mais alto do que qualquer investimento em adaptação e resiliência”, reforçou.



ALICERCE DA RESILIÊNCIA

O Fórum de Seguros Brasil–França revelou, com clareza, como o mercado segurador pode — e deve — ser protagonista na resposta à crise climática. Revelou também um contraste gritante: enquanto na França 97% dos imóveis residenciais têm seguro contra danos climáticos, no Brasil esse número não passa de 15%.

Essa defasagem não é apenas um problema de proteção financeira. Ela revela uma vulnerabilidade social que se agrava na medida em que os eventos extremos se tornam mais frequentes e intensos. Por outro lado, também expõe uma oportunidade gigantesca de expansão de mercado e de geração de impacto social positivo.



“Estamos começando a entender de forma concreta o quanto custa não agir. E o preço da inação já é mais alto do que qualquer investimento em adaptação e resiliência.”

André Corrêa do Lago, COP30

Entre as principais propostas defendidas pela CNseg estão:

- **Criação de um seguro social contra catástrofes naturais**, voltado para famílias de baixa renda, que historicamente são as mais afetadas por desastres.
- **Ampliação do Seguro Rural**, que hoje cobre apenas 6% da área plantada no Brasil, deixando o agronegócio, um dos pilares da economia nacional, vulnerável às quebras de safra e eventos extremos.
- **Emissão de títulos verdes (green bonds)** denominados em reais, emitidos pelo Tesou-

ro Nacional, como instrumento para financiar obras e projetos de infraestrutura resiliente, como drenagem urbana, contenção de encostas e fortalecimento de defesas naturais.

- **Criação de um hub de dados climáticos**, que será lançado na COP30, com o objetivo de gerar informações consistentes e atualizadas sobre riscos climáticos no Brasil e na América do Sul, fortalecendo os modelos atuariais e o desenvolvimento de produtos de seguro mais aderentes à nova realidade.

“Sem dados, não há seguro. E sem seguro, não há resiliência possível. Este hub será um

divisor de águas para melhorar a capacidade do setor de entender, precificar e assumir riscos climáticos no Brasil”, destacou Dyogo Oliveira.

O alerta de que a crise climática não é mais uma possibilidade futura, mas uma realidade do presente, permeou todos os debates. Corrêa do Lago reforçou que fenômenos antes projetados para daqui a 30 ou 40 anos já estão se materializando.

A interrupção da corrente do Golfo, a salinização da Amazônia e o colapso de sistemas naturais já estão acontecendo. A urgência climática não é mais sobre o futuro. Ela é agora, e se acelera de forma assustadora”, frisou o presidente da COP30.

INDÚSTRIA BRASILEIRA: O DESAFIO DE NÃO PERDER O “TREM-BALA CLIMÁTICO”

Se no setor de seguros a urgência já virou estratégia, na indústria brasileira o movimento segue na mesma direção, mas carrega desafios igualmente complexos. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem alertado, de forma insistente, que o Brasil não pode perder o que chama de “trem-bala climático” — uma metáfora que resume a corrida pela descarbonização, pela transição energética e pela competitividade global.

O risco não é apenas ambiental. É econômico. Indústrias que não se adaptarem às exigências de mercados cada vez mais atentos às emissões de carbono — como a União Europeia, os EUA e o próprio mercado interno — correm o risco de ficarem para trás em cadeias globais de valor, perderem acesso a financiamento internacional e enfrentarem barreiras comerciais cada vez mais rigorosas.

Por isso, a trilha da indústria brasileira já passa, de forma irreversível, por investimentos em:

- **Tecnologias limpas e de baixa emissão;**
- **Fontes renováveis de energia, como solar, eólica, biomassa e hidrogênio verde;**
- **Processos produtivos mais eficientes e circulares, com redução de desperdícios e reaproveitamento de materiais;**
- **Bioeconomia, com soluções como biocombustíveis, bioeletrificação e insumos sustentáveis;**
- **Mercado de carbono, que oferece tanto desafios quanto oportunidades para monetizar práticas de redução de emissões.**

A mudança, no entanto, não é apenas tecnológica. É cultural. A lógica empresarial precisa internalizar que riscos climáticos não são externos ao negócio — são custos diretos, com impacto sobre produtividade, financiamento, reputação e sustentabilidade financeira.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Um dos pontos altos dos debates na França foi a defesa de uma visão inovadora sobre a NDC brasileira (Contribuição Nacionalmente Determinada), compromisso formal do país no Acordo de Paris.

“O Brasil não encara sua NDC como um conjunto de sacrifícios. Ela é, na verdade, um plano de desenvolvimento econômico alinhado à realidade climática. Uma estratégia para gerar empregos, atrair investimentos, promover inclusão social e fortalecer nossa competitividade internacional”, afirmou Corrêa do Lago.

Essa percepção reforça a necessidade de uma COP diferente. “A COP30 não será apenas mais uma conferência de metas. Será a COP das soluções. Não vamos discutir apenas ‘o que fazer’, mas como fazer, quem faz, com quais recursos e quais instrumentos econômicos e financeiros. Isso exige, inclusive, revisar conceitos consolidados, critérios de risco, garantias e retorno financeiro, que hoje já não refletem mais a realidade de um planeta em emergência.”

Corrêa do Lago sintetizou a lógica que precisa orientar empresas, governos e sociedades daqui para frente: “Antecipar-se é mais inteligente e muito mais barato do que pagar a conta depois.”



Segundo ele, essa abordagem foi levada pelo Brasil à última cúpula do clima, em Baku, e vem recebendo ampla aceitação internacional. O raciocínio é claro: em vez de tratar as metas climáticas como obrigações impostas, tratá-las como oportunidades de transformação econômica e social.

A conta da transição energética global não é pequena. Até 2035, o mundo precisará investir cerca de US\$ 1,3 trilhão. E a origem desse recurso não poderá ser apenas pública.

“O setor privado é absolutamente essencial nesse processo. E, para isso, os países precisam oferecer um ambiente de negócios que seja atrativo: estabilidade institucional, marcos regulatórios claros, segurança jurídica e previsibilidade. Esse é o papel do Estado: criar as condições para que o financiamento aconteça”, explicou Corrêa do Lago.

NEGACIONISMO ECONÔMICO

No entanto, mesmo com dados robustos mostrando que investir em sustentabilidade gera retorno, ainda

persiste o que ele define como um dos maiores desafios atuais: o negacionismo econômico.

“O negacionismo científico perdeu força, principalmente porque os eventos extremos são hoje visíveis, sentidos e incontestáveis. Mas agora enfrentamos outro obstáculo: o negacionismo econômico, essa visão ultrapassada — mas infelizmente ainda presente — de que agir pelo clima é caro demais ou prejudicial aos negócios”, alertou.

Se há uma mensagem que ficou clara nos dois fóruns realizados na França, é que o Brasil não pode mais tratar a questão climática como agenda acessória. É questão de sobrevivência econômica, social e ambiental.

O País tem tudo para ser protagonista global: matriz energética limpa, biodiversidade única, capacidade de produzir energia renovável em escala, agronegócio com potencial para se tornar carbono neutro e, agora, um setor segurador e uma indústria cada vez mais alinhados às soluções que o mundo exige.

A COP30, em Belém, não será uma COP de promessas — será a COP das soluções. E o Brasil tem muito a mostrar.

A conta da transição energética global não é pequena. Até 2035, o mundo precisará investir cerca de US\$ 1,3 trilhão, e a origem desse recurso não poderá ser apenas pública.

BELÉM DO PARÁ RENASCE COM OBRAS DA COP30 E ENTRA NA ROTA DO FUTURO VERDE

Investimentos inéditos em infraestrutura, mobilidade e saneamento colocam Belém em um novo patamar de desenvolvimento, com infraestrutura moderna, e no radar do turismo mundial.

Por ora, tapumes espalhados pela cidade escondem a repaginada que transforma Belém do Pará. Mas um movimento silencioso — porém, vigoroso — toma forma nos bastidores do setor produtivo, preparando a capital paraense para uma guinada histórica. O motor dessa mudança é a realização da 30ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP30), em novembro, e o volume inédito de investimentos em infraestrutura, mobilidade e saneamento.

Além de se tornar palco do maior evento global sobre clima, Belém começa a sonhar com o legado que vai muito além da COP: uma capital mais conectada ao mundo, com infraestrutura moderna, nova matriz econômica baseada na bioeconomia e na inovação, e uma consciência ambiental que passa a fazer parte da vida cotidiana.

“Acreditamos firmemente que daremos um salto de qualidade e de desenvolvimento que perdurará muito além da realização da COP30”, afirma a presidente da Associação Comercial do Pará (ACP), Elizabete Grunvald, para quem Be-

lém será reposicionada no mapa global sem renunciar à identidade amazônica. “Ao contrário, fazendo dela sua maior força.”

À frente de uma das entidades empresariais mais antigas da região, Bete Grunvald não esconde o entusiasmo com a escolha do Pará como sede do encontro. Ela vê na COP30 uma oportunidade para mostrar ao mundo não apenas a hospitalidade local, mas também a capacidade de liderança da Amazônia em uma transição para uma economia mais verde e inclusiva.

“A cidade hoje é um grande canteiro de obras, e estamos confiantes na nossa capacidade de receber os visitantes de forma adequada, garantindo legados e estimulando um novo ciclo de desenvolvimento mais sustentável”, assinalou.



BANDEIRA ESG

Nos bastidores, Bete Grunvald observa uma revolução silenciosa: o despertar de uma nova consciência empresarial. “Já é possível perceber um interesse real e crescente dos empresários pela gestão ESG, por relações de trabalho mais

“A cidade hoje é um grande canteiro de obras, e estamos confiantes na nossa na sua capacidade de receber os visitantes de forma adequada, garantindo legados e estimulando um novo ciclo de desenvolvimento mais sustentável.”

éticas, responsabilidade social e uso de embalagens sustentáveis. É um legado que esse momento pré-conferência já nos trouxe.”

Essa transformação passa também por investimentos em capacitação. A ACP integra,



“A Belém que ficará depois da COP30 será mais estruturada, mais conectada com o desenvolvimento sustentável e com potencial de viabilizar a transição para uma economia mais verde, inclusiva e sustentável.”

junto com outras 26 entidades públicas e privadas, o programa “CapacitaCOP30”, que oferece 50 mil vagas em cursos gratuitos nas áreas de turismo, hospitalidade, segurança, gastronomia e idiomas.

“Estamos integrados à plataforma com dezenas de cursos gratuitos. Também promovemos capacitações por meio da nossa Universidade Corporativa, estimulando o empreendedorismo e a sustentabilidade”, destaca ela.

O diálogo com os governos municipal, estadual e federal, segundo ela, também tem sido fundamental. “Não há como realizar um evento da magnitude da Conferência sem uma grande articulação. Desde o anúncio da COP30, temos trabalhado para engajar o setor produtivo e participar ativamente das decisões”, explicou.

A COP30 deve movimentar a economia como um “Natal fora de hora”, nas palavras de Bete Grunvald, que, além de empresária, também é economista. A expectativa é de dezenas de milhares de visitantes: chefes de Estado, delegações, imprensa, ONGs e sociedade civil. “Esse

fluxo vai gerar uma demanda grande por produtos e serviços e muitas oportunidades. O setor produtivo já vem se preparando com melhorias na estrutura, atendimento, capacitação de colaboradores e prospecção de novos negócios.”

Entre os desafios, a capacidade de hospedagem é um dos principais. “A rede hoteleira ainda não comporta, sozinha, o público esperado. Entretanto, estamos contando com várias outras soluções, como investimento em novos empreendimentos, navios transatlânticos adaptados como hotéis flutuantes, aluguel de imóveis por temporada, adaptação de escolas e universidades e a construção da “Vila Líderes”, com 405 suítes de alto padrão para chefes de Estado e delegações. Enfim, estamos desenvolvendo alternativas viáveis para acolher, de forma adequada e segura, os nossos visitantes”, garante.

NOVA ERA

Para além da infraestrutura, a COP catalisa mudanças mais profundas. “Já estamos vivendo

outra realidade econômica. Grandes empresas e investidores estão com os olhos voltados para Belém, com foco na inovação e na bioeconomia como nova matriz econômica. Temos evidenciado essa nova realidade e estimulado o setor produtivo a acreditar e investir.”

Na visão da presidente da ACP, o grande legado da COP será a consciência ambiental, o fortalecimento da bioeconomia, a inclusão do Pará na rota do turismo internacional e o reposicionamento da Amazônia no debate global sobre o futuro do planeta. “A maioria das nossas ações está voltada ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas, que é a base de nossa economia, estimulando a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social.”

Para Bete Grunvald, a cidade já está vivendo um novo momento, com maior fluxo de turistas e de eventos que vai além da sede da Conferência. “Acredito que a Belém que ficará depois da COP30 será mais estruturada, mais conectada com o desenvolvimento sustentável e com potencial de viabilizar a transição para uma economia mais verde, inclusiva e sustentável.”

DIRIGENTES PROMOVEM ROAD SHOW NACIONAL DA CASA DO SEGURO

Encontros ajudam a definir a pauta temática e as novas participações no espaço que funcionará como a “Embaixada do Seguro” durante a COP30, em Belém do Pará.

Em preparação para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que ocorrerá em Belém (PA), de 10 a 21 de novembro deste ano, a diretoria da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) iniciou um *road show* pelo País para apresentar a Casa do Seguro, iniciativa que funcionará como a “Embaixada do Seguro” durante o evento.

Em Brasília, a CNseg abriu a série “Diálogos Institucionais COP30”, com a presença do secretário nacional de Mudança do Clima, Aloísio Melo, e de representantes de seguradoras líderes em sustentabilidade. O objetivo é ampliar o reconhecimento do setor segurador como parte da solução para os desafios climáticos, por meio de inovação, antecipação de riscos e financiamento inteligente.

O segundo encontro da série ocorreu em maio e contou com a participação da subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda, Cristina

Reis, para fazer um balanço dos três anos de vigência do Plano de Transformação Ecológica do Brasil e antecipar os próximos passos dessa iniciativa governamental.

Esses encontros servem para selecionar assuntos que estarão em debate na Casa do Seguro, seja em painéis temáticos, fóruns multissetoriais ou reuniões bilaterais, abordando temas como proteção social, finanças sustentáveis, infraestrutura resiliente, inteligência climática, agronegócio e descarbonização.

A diretoria da CNseg participou ainda de encontro na sede do Ministério das Relações Exteriores, onde se reuniu com o embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP30, em maio. Na ocasião, foram apresentadas a agenda climática do setor segurador e o projeto da Casa do Seguro. O embaixador reconheceu a importância do seguro nos debates da Conferência e ressaltou sua capacidade de mobilização em prol da mitigação das mudanças climáticas.

● ● ● PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Ainda em maio, a agenda do *road show* também passou por Belém (PA), sede da próxima COP. Lá, os dirigentes da CNseg estiveram com o governador Helder Barbalho e o secretário estadual de Fazenda, René Sousa Júnior, para apresentar oficialmente a Casa do Seguro e articular parcerias estratégicas com foco no desenvolvimento sustentável do Estado.

Ainda na capital paraense, a comitiva da CNseg foi recebida pelas presidentes da Associação Comercial do Pará (ACP), Elizabete Grunvald, e do Sincor-PA, Margareth Braga. O grupo discutiu formas de ampliar a presença do setor segurador nas pautas econômicas e ambientais da região.

Com a realização da COP30 no Brasil, a CNseg busca consolidar os seguros como parceiros-chaves na construção de um futuro mais resiliente, capaz de antecipar riscos, proteger investimentos e promover o crescimento sustentável diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

“TERRAS RARAS”: UM TESOURO TECNOLÓGICO À ESPERA DE INVESTIDORES NO PAÍS

Grandes reservas e potencial de desenvolvimento podem fazer do Brasil um dos maiores produtores de minérios de "terras raras", atraindo investimentos em produção e seguros.

Smartphones, tablets, televisores e fibras ópticas são alguns exemplos de equipamentos tecnológicos cuja demanda cresce exponencialmente. E eles têm em comum o fato de serem fabricados com a utilização dos chamados minérios de "terras raras" — um grupo de 17 elementos químicos da Tabela Periódica, compostos por: 15 lantanoides (do lantânio [La] ao lutécio [Lu]); o escândio (Sc) e o ítrio (Y), todos com propriedades físicas únicas, como alta resistência a temperaturas elevadas e propriedades magnéticas e elétricas específicas, como a capacidade de emitir luz (luminescência).

O Brasil está entre os cinco países com maiores reservas de "terras raras" no mundo, mas a maior parte ainda não é explorada em escala industrial — uma oportunidade singular de desenvolvimento, que vem ganhando especial atenção de investidores e, por conseguinte, também do setor de seguro.

A realização da COP30 no País em novembro pode ajudar a escrever novos capítulos da exploração e pesquisa dos minérios integrantes de "terras raras". Afinal, “a descarbonização da economia global, necessária para o enfrentamento da crise climática, está diretamente atrelada à ampliação do uso de novas tecnologias — turbinas eólicas, painéis solares, baterias, veículos elétricos, redes mais inteligentes, entre outras — e todas essas tecnologias dependem intensamente de minerais críticos. Um veículo elétrico, por exemplo, pode demandar até seis vezes mais minerais do que um carro convencional, e uma turbina eólica requer mais minerais que uma usina a gás natural”, detalha o *green paper* “Os minerais críticos e estratégicos na COP30”, publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), organização nacional que representa empresas e instituições que atuam no setor mineral.

O diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, afirma que “a transição energética global exige mais do que decisões políticas ambiciosas e metas climáticas bem formuladas — ela demanda uma base material sólida e complexa. Essa base é composta, entre outros, por minerais críticos e estratégicos (MCE), fundamentais para tecnologias de baixo carbono. No contexto da COP30, o Brasil terá a oportunidade de exercer um papel central na definição de uma política global sobre esses recursos”.

O documento do Ibram inicia uma discussão pública sobre um “modelo brasileiro” de gestão de minerais críticos e estratégicos (MCE), como lítio, cobalto, “terras raras”, entre outros, alinhando soberania nacional, justiça climática e desenvolvimento sustentável.

A demanda global por “terras raras” cresce em alta velocidade. Em 2020 foram extraídas 240

“No contexto da COP30, o Brasil terá a oportunidade de exercer um papel central na definição de uma política global sobre esses recursos (minérios críticos e estratégicos).”

Raul Jungmann, Ibram



● ● ● EXPLORAÇÃO & GARGALOS

Estudos do Serviço Geológico do Brasil (SGB), empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), indicam que o Brasil detém a terceira maior reserva dos elementos "terras raras", com um total de 21 milhões de toneladas. Ela está dividida entre os estados de

Minas Gerais, Amazonas, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Roraima. Mais de R\$ 5 milhões já foram investidos em programas para exploração das substâncias, além de mapeamento geológico de recursos minerais e promoção de pesquisa, lavra e beneficiamento desses elementos.

“Os investimentos em exploração e separação de minérios de 'terras raras' no Brasil ainda é pequeno, se comparados aos da China e dos Estados Unidos. Mas são cada vez maiores as iniciativas do governo brasileiro e o desenvolvimento de tecnologias nacionais para a separação adequada desses elementos”, diz o pesquisador Ysrael Massero Vera, químico e doutor em Extração Mineral do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem).

Vera aponta como um dos gargalos para o crescimento do setor no País o fato de as empresas que atuam nessas áreas ainda não confiarem na tecnologia nacional. “Existem muitos centros de pesquisa no Brasil que já podem oferecer tecnologia. No Cetem, por exemplo, há dez anos trabalhamos no desenvolvimento dessas técnicas. Mas as empresas, a grande maioria estrangeiras, ainda optam por levar o minério para separação em outros países”, pondera.

No mercado internacional, a China controla mais de 60% da oferta desses minérios, o que gera extrema sensibilidade a fatores políticos e comerciais.

mil toneladas; e, em 2024, a extração chegou a cerca de 390 mil toneladas, segundo dados do serviço geológico dos Estados Unidos. A estimativa da Agência Internacional de Energia é que a demanda por "terras raras" aumente cerca de sete vezes até 2040. O mercado foi estimado em cerca de US\$ 5,6 bilhões em 2023, e há expectativa de crescimento para mais de US\$ 15 bilhões até 2030.

A exploração crescente de minas de "terras raras" abre novas oportunidades para seguros de grandes riscos, que podem vir a gerar aumento de receita das seguradoras, principalmente pelos altos valores de investimentos envolvidos na operação e pela cotação emergente desses minerais. Por conta das tensões geopolíticas e do ganho de escala da corrida por minérios raros, o mercado pode demandar plena proteção do seguro, evitando perdas e descontinuidade.

O Brasil tem, segundo a U.S. Mineral Commodity Summaries, 35% do seu território com potencial mineral. O problema é que o País ainda produz apenas 1% da oferta mundial, mas estima-se que possa produzir até 10% da demanda global nos próximos anos.



“São cada vez maiores as iniciativas do governo brasileiro e o desenvolvimento de tecnologias nacionais para a separação adequada desses minérios.”

Ysrael Massero Vera, Cetem

Os minérios de "terras raras" também são utilizados e extremamente importantes na produção de ímãs permanentes para carros elétricos, turbinas eólicas, fibras ópticas, baterias recarregáveis, equipamentos médicos, células fotovoltaicas (que convertem energia solar em eletricidade) e sistemas de defesa militar. Uma preocupação é o fato de a mineração e o refino dessas substâncias poderem causar impactos ambientais sérios, se não forem bem controlados.

● ● ● TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A extração e o processamento de "terras raras" podem causar contaminação química e radioativa. É crucial, portanto, que sejam feitos de forma sustentável e com regulamentação adequada, minimizando assim os impactos ambientais. As "terras raras", porém, são vitais para a transição energética global, pois permitem o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes — o que aumenta a demanda por esses minerais e sua importância estratégica no cenário mundial.

Apesar do nome, esses elementos não são raros no planeta: existem em abundância, mas

há barreiras impostas pelas dificuldades de se extrair e separar cada minério na natureza. No mercado internacional, a China controla mais de 60% da oferta desses minérios, o que gera extrema sensibilidade a fatores políticos e comerciais. A participação chinesa salta para 90% quando se trata de "terras raras" processadas e da produção de ímãs. No início do ano, de olho

Em 2024, houve o lançamento de fundo de R\$ 1 bilhão, com recursos do BNDES e da Vale, para financiamento de projetos de pesquisa mineral.

neste mercado, o governo dos Estados Unidos (leia-se Donald Trump) assinou um acordo de cooperação para a exploração desses elementos com a Ucrânia.

Minérios de "terras raras" são encontrados em areias monazíticas, em jazidas próximas a vulcões extintos e em outros tipos de rochas. No Brasil, a falta de estruturas regulatórias claras também dificulta investimentos e o desenvolvimento da atividade. O licenciamento de projetos de mineração no Brasil pode levar até 16 anos.

O Serviço Geológico do Brasil tem realizado projetos para avançar no conhecimento sobre "terras raras" no território nacional. Em 2024, houve o lançamento de fundo de R\$ 1 bilhão, com recursos do BNDES e da Vale, para financiamento de projetos de pesquisa mineral.

Em janeiro último, foi lançada a “chamada pública de planos de negócios para investimentos em transformação de minerais estratégicos”, com recursos de R\$ 5 bilhões, pelo BNDES e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Foi grande a inscrição de novos projetos na área — mais um indicador de como é inexorável e premente seu crescimento.

GOVERNO LANÇOU NOVO GUIA PARA INVESTIDORES

Em março, o Ministério das Minas e Energia (MME) publicou uma segunda edição, renovada, do 'Guia para o investidor estrangeiro em minerais críticos' para a transição energética no Brasil. Disponível em inglês e português, no site do MME, o guia é uma ferramenta importante para atrair capital estrangeiro e garantir maior segurança jurídica aos investidores nesse mercado.

O texto dá informações detalhadas sobre os processos de obtenção de direitos minerários, licenciamento ambiental e os novos instrumentos públicos de financiamento lançados em 2024. Com essas atualizações, o governo quer oferecer maior previsibilidade e transparência para o desenvolvimento sustentável do setor, reafirmando o compromisso do País com uma mineração sustentável e inovadora, alinhada à transição energética global.

"O Brasil é rico em minerais essenciais para a transição energética global. Esse guia é uma ponte para atração de investimentos e parcerias, ampliando nossa capacidade de aproveitar essa janela de oportunidades", disse, na ocasião do lançamento, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. "Temos investido bastante no desenvolvimento de mão de obra qualificada para alavancar ainda mais o setor mineral brasileiro. Queremos uma mineração cada vez mais segura e responsável, com metas claras e transparentes", completou.

Já o secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação



“O guia (de minerais críticos) é uma ponte para atração de investimentos e parcerias, ampliando nossa capacidade de aproveitar essa janela de oportunidades.”

Alexandre Silveira, Ministro do MME

Mineral do MME, Vitor Saback, destacou que o guia do investidor estrangeiro é um instrumento estratégico para que o investimento externo contribua para a geração de empregos, renda e desenvolvimento tecnológico do Brasil.

“Somos um dos melhores países do mundo para investimentos no

“Estamos determinados a consolidar uma mineração segura, transparente e sustentável, garantindo desenvolvimento econômico e bem-estar social.”

Vitor Saback, MME

setor mineral. Ocupamos uma posição de destaque no cenário global de minerais estratégicos para uma economia global de baixo carbono. Estamos determinados a consolidar uma mineração segura, transparente e sustentável, garantindo desenvolvimento econômico e bem-estar social”, afirmou.

BRASIL COMEÇA FABRICAÇÃO DE IMÃS DE ALTA PERFORMANCE

O Brasil iniciou, em maio, a fabricação dos chamados ímãs de "terras raras" — amplamente dominada pela China, que fornece mais de 90% desses produtos ao mercado global. Com investimento de R\$ 35 milhões, o projeto dos ímãs brasileiros tem sua operação na cidade de Lagoa Santa, em Minas Gerais, e foi inaugurado em 23 de maio último.

Os ímãs serão produzidos no Laboratório de Produção de Ímãs de Terras Raras da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), que foi comprado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Inclui parcerias com 16 empresas, desde mineradoras produtoras de "terras raras" até companhias consumidoras.

A capacidade do laboratório de Lagoa Santa é de cem toneladas de ímãs por ano. Até dezembro, a expectativa inicial é que sejam produzidas cinco toneladas de ímãs. Na fabricação do componente são utilizados três dos 17 minerais de

"terras raras": Neodímio, Praseodímio e Disprósio.

Outro projeto brasileiro de destaque no emergente mercado dos minerais de "terras raras" é o Caldeira, de extração desses minérios em Caldas, também em Minas Gerais. A empresa Meteoric, à frente da operação, vem demonstrando grande preocupação ambiental. A ação sustentável da empresa inclui a implementação de tecnologias avançadas que reduzem a emissão de poluentes e o consumo de água, além de garantir que os resíduos gerados pela mina sejam geridos de maneira adequada.

A extração de argila iônica, por exemplo, é feita por meio de escavadeiras em áreas a céu aberto, sem uso de explosivos. O material recolhido será transportado por caminhões basculantes até a planta de beneficiamento para a lavagem e separação das "terras raras". As áreas trabalhadas também serão restauradas após a exploração, pro-



movendo a recuperação da biodiversidade local.

A captação de água para o trabalho será feita em reservatório artificial no local. Destaque-se ainda que cerca de 75% da água utilizada no processo de separação de "terras raras" será reutilizada. Os 25% restantes estarão presentes na argila lavada que será devolvida à natureza.

O reúso do recurso hídrico se dará em uma Estação de Tratamento das Águas de Processo, que fará a purificação da água. O Caldeira terá ainda sua própria Estação de Tratamento de Esgoto, evitando contaminação do ambiente com dejetos, e energia elétrica 100% produzida por fontes renováveis.



INDÚSTRIA AUTOMOTIVA ACELERA VENDAS E REAGE AOS DESAFIOS DO MERCADO GLOBAL

Além da concorrência chinesa, das incertezas no mundo e das turbulências geopolíticas, montadoras convivem com entraves fiscais, desafios tecnológicos e impactos para o setor de seguros.

Como um trem acelerando após deixar a estação, a indústria automotiva brasileira ganha impulso e percorre os trilhos do crescimento com força renovada — mesmo sabendo que há curvas fechadas adiante e cruzamentos imprevisíveis no caminho. Esse é o cenário do setor no primeiro trimestre de 2025: aumento da produção (+8,3%), das vendas internas (+7,2%) e das exportações (+40,6%), conforme dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Ao mesmo tempo, o setor se prepara para os desafios que surgem no horizonte — da concorrência com veículos chineses, especialmente híbridos e elétricos, às incertezas econômicas na Argentina e à guerra comercial em curso entre Estados Unidos e outros mercados.

Os veículos importados, que estão na vanguarda das tendências eletrificadas do mercado, representaram mais da metade (61%) da expansão das vendas no Brasil no período, sobretudo as unidades oriundas do país asiático. Esses chegam com mais tecnologia embarcada, componentes

ainda não produzidos no País e, muitas vezes, preços mais competitivos.

Atento às mudanças, o setor de seguros é o espectador que acompanha cada movimento desse jogo entre fabricantes e governos, enquanto trabalha duro para responder com agilidade e qualidade às necessidades do mercado. As características dos novos veículos exigem adequação de riscos e desenvolvimento de produtos no segmento de Automóvel, principal no ramo de danos e responsabilidades.

● ● ● DESAFIOS E RISCOS

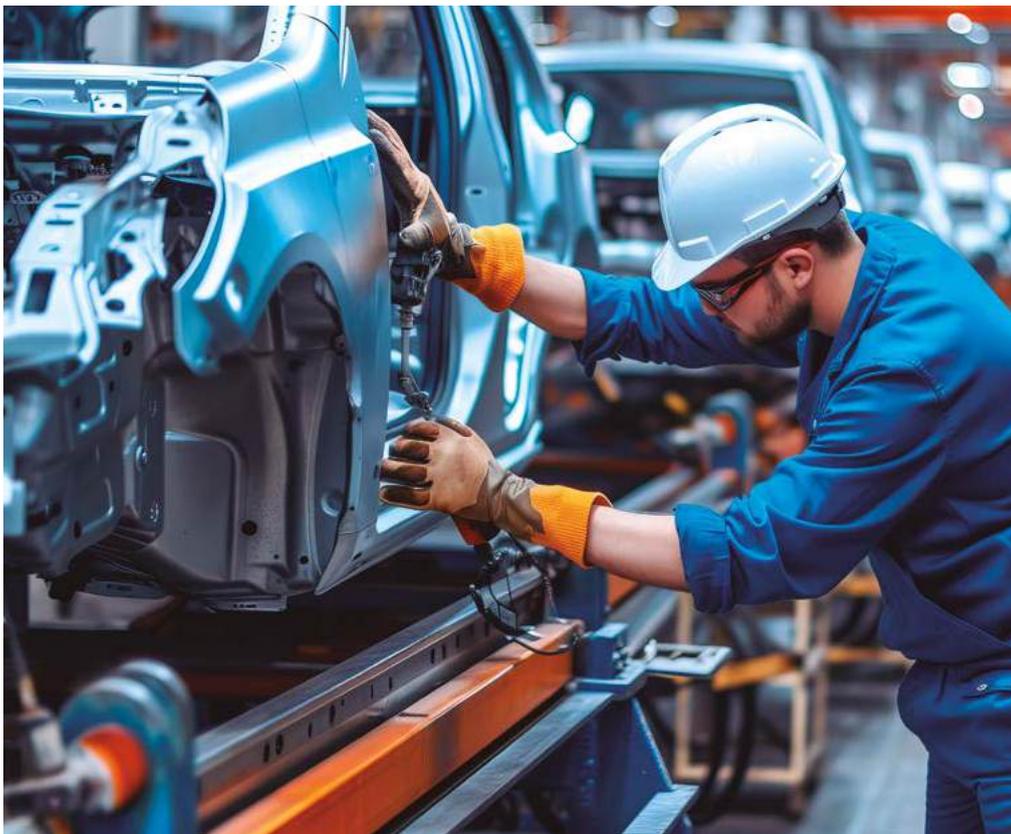
A presença crescente das montadoras chinesas no Brasil tem provocado uma transformação no setor automotivo, segundo Antônio Jorge Martins, coordenador da FGV. “Essas empresas têm vantagem tecnológica significativa, principalmente na oferta de veículos elétricos e híbridos, com eletrônica embarcada avançada e preços agressivos. As fabricantes nacionais ainda operam majoritariamente como subsidiárias de grupos estrangeiros, enquanto as chinesas conseguem aproveitar a

“As empresas chinesas têm vantagem tecnológica significativa, principalmente na oferta de veículos elétricos e híbridos, com eletrônica embarcada avançada e preços agressivos.”

Antônio Jorge Martins, FGV

escala global para praticar preços competitivos, dificultando a concorrência local”, avalia.

Um ponto crítico da disputa envolve os pedidos de isenção fiscal para montagem local via CKD



“Apesar das turbulências geopolíticas, tarifações e novos entrantes, o setor mantém a confiança no Brasil e tem mais de R\$ 180 bilhões em investimentos anunciados desde 2024.”

Igor Calvet, Anfavea

(Completely Knocked Down) e SKD (Semi Knocked Down). “A redução de impostos tende a beneficiar o consumidor final com preços menores. Porém, sem contrapartidas em conteúdo local, pode comprometer a indústria nacional e levar à desindustrialização, enfraquecendo a integração produtiva”, alerta Martins, acrescentando que o governo precisa ponderar entre arrecadação e estímulo à produção local, evitando concessões que privilegiem apenas a importação.

Segundo o novo presidente da Anfavea, Igor Calvet, a entidade é contrária a esses pedidos e considera que a redução de tarifas para importação de veículos chineses afronta a política pública de industrialização do País e o compromisso com a indústria local e o trabalhador brasileiro.

“O Brasil é um dos países mais abertos para importação de veículos eletrificados, com tarifas de 18% que subirão para 25% em julho, ainda muito abaixo das de outros mercados como Estados Unidos e Canadá (acima de 100%), Europa (cerca de 50%) e Índia (75%). A proteção insuficiente pode impactar a competitividade da indústria nacional”, argumenta o executivo.

● ● ● CUSTOS GLOBAIS

Além disso, as tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos sobre produtos chineses impactam indiretamente o Brasil. Conforme relatório da Anfavea, essas medidas elevam os custos globais e podem desviar investimentos para o mercado americano, ampliando a capacidade ociosa no México e pressionando a indústria brasileira. O país latino tem livre comércio com o Brasil e menor custo de produção de veículos leves.

Paralelamente, sem conseguir acessar os Estados Unidos, as montadoras chinesas vão procurar vender sua produção para outros mercados, como o brasileiro. A tensão geopolítica global traz ainda risco de gargalos na cadeia de suprimentos, sobretudo para componentes eletrônicos e baterias, fundamentais para veículos elétricos.

O cenário de pressão, no entanto, não é novidade, e Igor Calvet dá o tom da resposta do setor. “A indústria automotiva brasileira é muito resiliente e tem sobrevivido a crises internas e externas ao longo de décadas. Apesar das turbulências geopolíticas, tarifações e novos entrantes, o setor mantém a con-

fiança no Brasil e tem mais de R\$ 180 bilhões em investimentos anunciados desde 2024”, afirma.

Segundo o presidente da Anfavea, o mercado automotivo cresceu 14% no ano passado e estima crescer cerca de 7% em 2025, acima da indústria em geral. Ele destaca que um ponto de angústia é que a produção nacional não vai crescer na mesma proporção, ficando entre 3% e 4% neste ano. “Isso significa dizer que o crescimento do mercado está sendo capturado pelas importações.”

● ● ● PRODUÇÃO & EXPORTAÇÃO

No primeiro quadrimestre de 2025, a indústria automotiva brasileira consolidou um cenário de recuperação, segundo dados do relatório “Coletiva Abril 2025” da Anfavea — registrou aumento de 7,2% nos emplacamentos em relação ao mesmo período de 2024, saltando de 516 mil para 552 mil veículos. A produção também avançou: foram 772 mil unidades de janeiro a abril, contra 713 mil em igual período do ano passado (+8,3%).

Em comparação aos anos anteriores, o setor vem demonstrando resiliência. Após um tomo

de cerca de dois milhões de unidades produzidas em 2020, a indústria voltou a crescer: 2,2 milhões (2021), 2,3 milhões (2022) e 2,3 milhões (2023) e 2,5 milhões (2024), com 2025 consolidando o movimento de retomada e se aproximando dos patamares anteriores à pandemia.

As exportações, por sua vez, cresceram no primeiro trimestre deste ano: o volume saltou de 77 mil para 108 mil unidades, alta de 40,6%. O principal destaque foi a Argentina, que ampliou suas compras em 120%, passando de 20 mil para 44 mil veículos. Embora o desempenho seja uma boa notícia, a Anfavea ressalta que a situação econômica do país vizinho ainda traz dúvidas sobre a sustentabilidade dessa retomada a médio e longo prazos.

Já a participação de elétricos e híbridos segue em expansão, com 8% da produção total no qua-

drimestre, equivalente a mais de 61 mil veículos, o que reflete o avanço da pressão competitiva internacional quanto à crescente demanda interna por alternativas mais sustentáveis.



GARGALO DA INOVAÇÃO

Um dos desafios da indústria automotiva brasileira é o atraso na regulamentação do Programa Mover, vital à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. O presidente da Anfavea destacou que o programa oferece crédito financeiro de R\$ 19 bilhões em cinco anos, com contrapartida de R\$ 60 bilhões do setor privado. Contudo, os recursos já estão se esgotando no meio do ano, limitando o impacto para fomentar inovações e ampliar a competitividade.

O bom sinal, segundo Igor Calvet, é que há demanda forte pelo recurso.

A falta de dinheiro público para P&D coloca o Brasil em desvantagem frente a polos asiáticos e europeus, onde as montadoras recebem investimentos robustos e respaldo de políticas industriais. Antônio Jorge Martins, da FGV, reforça que o País corre o risco de ficar para trás na corrida tecnológica automotiva se não houver políticas públicas claras e contínuas que incentivem o desenvolvimento local e a fabricação de componentes estratégicos.

O dilema enfrentado pelo governo é proteger o mercado local por meio de incentivos e restrições ou atrair investimentos externos. Martins alerta para a necessidade de uma visão sistêmica e estratégica na formulação dessas políticas, evitando protecionismo excessivo.



CARROS ELÉTRICOS: NOVO VETOR DE RISCO PARA O SEGURO

A ampliação da frota de veículos elétricos no Brasil traz desafios para o mercado segurador. A Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) destaca que os riscos seguráveis mudam substancialmente: alto custo das baterias, risco de incêndio devido à tecnologia de íons de lítio e dificuldade na reposição de peças, por exemplo, aumentam a sinistralidade e os custos de reparo.

Com a frota elétrica crescendo, as seguradoras têm adaptado apólices para cobrir danos específicos às baterias, avarias nos sistemas de recarga, assistência

em casos de bateria descarregada e falta de pontos de recarga. Um agravante é que o mercado ainda sofre com uma base de dados limitada de histórico de sinistros com esses veículos para precificação adequada.

Há ainda desafios regulatórios que retardam a oferta de soluções customizadas. Segundo a FenSeg, a legislação atual não considera essas especificidades, o que exige adequações pelos órgãos reguladores e maior diálogo entre o setor e a Susep. As características dos elétricos exigem ainda investimento em capacita-

ção da força de trabalho: de vistoriadores à rede de oficinas credenciadas.

A FenSeg considera prematura uma avaliação definitiva sobre o impacto da entrada de novas montadoras chinesas no Brasil, especialmente no segmento de veículos elétricos. Porém, o presidente da Comissão de Automóvel da Federação, Jaime Soares, reconhece que alguns sinais indicam mudanças relevantes. “A chegada dos modelos elétricos, com preços mais competitivos e tecnologias avançadas, pode alterar o perfil de risco analisado pelas seguradoras”, pontua.

Segundo Soares, os custos de reparo e a disponibilidade de peças para veículos importados, que ainda não têm rede de assistência técnica consolidada, tendem a influenciar o valor dos prêmios de seguro. “Os veículos elétricos introduzem novas variáveis de risco, como o custo das baterias, a necessidade de capacitação de oficinas e a infraestrutura de recarga, que pode afetar o uso e, indiretamente, os sinistros”, acrescenta.

Dessa forma, embora a adoção desses modelos ainda esteja em fase inicial,



Soares afirma que as seguradoras já começam a revisar suas estratégias, produtos e modelos de precificação para se adaptar a esse novo cenário, considerando não só a origem dos veículos como também sua tecnologia embarcada e o suporte local disponível.

“A chegada dos modelos elétricos, com preços mais competitivos e tecnologias avançadas, pode alterar o perfil de risco analisado pelas seguradoras.”

Jaime Soares, FenSeg

DIFERENÇAS DE PERFIL DE RISCO ENTRE VEÍCULOS NACIONAIS, CHINESES E ELÉTRICOS



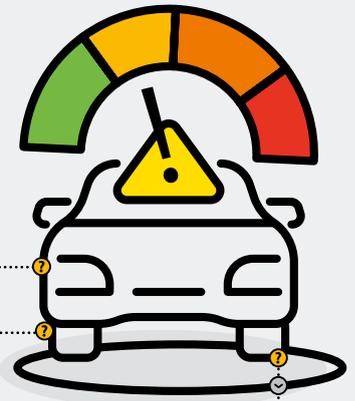
NACIONAIS

Têm custo menor de manutenção e reposição de peças, além de uma rede de assistência técnica mais estabelecida e bem consolidada no País.



ELÉTRICOS

Dependem de infraestrutura adequada de recarga e têm custos elevados de manutenção, especialmente em relação às baterias. Exigem uma rede de suporte técnico qualificada para seus sistemas eletrônicos sofisticados.



CHINESES

Com preços mais acessíveis, podem ter desafios quanto à disponibilidade de peças e serviços especializados, o que impacta diretamente os custos de reparo e reposição.



NAVEGAÇÃO FLUVIAL BUSCA AMPLIAÇÃO POR MEIO DE CONCESSÕES

Após queda na movimentação de cargas pelos rios ao longo de 2024 e no início deste ano, governo tenta estimular o modal. Entidade do setor vê falhas na infraestrutura.

Enquanto o governo prepara o decreto regulamentando a lei que incentiva a cabotagem no País, a movimentação de cargas por via fluvial vive uma fase de incertezas. No primeiro trimestre deste ano, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o fluxo de mercadorias pela navegação interior caiu 4,53% em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo 30,9 milhões de toneladas. Em março, porém, houve alta de 7,87% sobre igual mês de 2024. No ano passado, a movimentação total diminuiu 2,15% frente a 2023. O governo aposta na concessão de hidrovias para estimular o setor.

O potencial econômico dos rios é pouco explorado no País. Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, há 20 mil km de hidrovias economicamente navegáveis, mas é possível chegar a 42 mil km. O governo vê o incentivo à navegação interior como estratégico, tendo em vista a vasta rede hidrográfica e a necessidade de diversificar a matriz de transporte, pois as rodovias dominam o fluxo de cargas. Um estudo de 2019 da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) mostrou que 61% da movimentação é feita pelo modal rodoviário e 14%, pelo aquaviário (mar e rios).

“É um modo de transporte com menor impacto ambiental, alta eficiência energética e grande capacidade de movimentação de cargas.”

Dino Antunes, MPOR

“É um modo de transporte com menor impacto ambiental, alta eficiência energética e grande capacidade de movimentação de cargas”, explica o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), Dino Antunes. De acordo com ele, o transporte por comboio hidroviário, com 16 barcas e um empurrador, equivale à capacidade de 430 vagões ferroviários ou 1,2 mil caminhões.

O Novo PAC prevê investimentos de R\$ 4,1 bilhões na navegação fluvial até 2026.

Segundo a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani), o modal é fundamental para escoar a produção destinada ao exterior, respondendo por quase metade das movimentações de soja e milho. “O modal exerce papel crucial ainda na economia de regiões menos favorecidas, como a Amazônica, permitindo a circulação de bens e conectando indústria e comércio aos consumidores”, diz José Rebelo III, presidente da Abani.

Para a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), a navegação interior é pouco valorizada. “A navegação como um todo, cabotagem e interior, deve ser mais bem entendida pelos usuários quanto à sua importância para a logística, em especial neste momento em que atuamos seriamente na redução de emissões. A navegação é o modal com a melhor eficiência energética, mas ainda não tem sua importância percebida pela sociedade brasileira”, diz o diretor-executivo da entidade, Luís Fernando Resano.

Dino Antunes vê o aumento do fluxo de cargas pelos rios já em março como um reflexo de ações



“A navegação é o modal com a melhor eficiência energética, mas ainda não tem sua importância percebida pela sociedade brasileira.”

Luís Fernando Resano, Abac

“O modal exerce papel crucial ainda na economia de regiões menos favorecidas, como a Amazônica, permitindo a circulação de bens.”

José Rebelo III, Abani

do governo, como melhorias na infraestrutura. “O crescimento do agronegócio e da mineração em regiões atendidas por hidrovias também contribuiu.” Para a Abani, porém, a queda do fluxo em 2024 e no início deste ano teve razões ambientais e estruturais.

“A seca que impactou hidrovias de grande capacidade de escoamento, como os rios Madeira e Tapajós, e a falta de infraestrutura, de

uma política de manutenção dessas vias e de um plano de dragagem foram responsáveis pela queda da movimentação em 2024, mesmo com volumes impressionantes de produção. Essa falta de previsibilidade tira a credibilidade do modal”, diz Rebelo III.

INÍCIO DAS CONCESSÕES

Segundo Antunes, o foco agora será na regulação e na atração de investidores. “O Programa de Concessões Hidroviárias irá direcionar esforços para expandir a exploração do potencial hidroviário com sustentabilidade”, afirma, destacando, entre os desafios, as obras de manutenção da infraestrutura, como dragagem e sinalização, e a gestão integrada com outros usos da água.

A publicação do edital de licitação da Hidrovia do Paraguai, a primeira do Programa de Concessões, está prevista para o segundo semestre. Com prazo inicial de 15 anos, a concessão abrangerá um trecho de 600 km em Mato Grosso do Sul, com investimento de R\$ 210,8 milhões. Espera-se que o fluxo de cargas na região suba de oito milhões para 15 milhões de

toneladas/ano até 2030. Com trajeto total de 4,1 mil km, a Hidrovia do Paraguai vai de Cáceres (MT) a Nueva Palmira (Uruguai), permitindo escoar boa parte da produção de grãos e minérios do Centro-Oeste pelo Rio da Prata.

“A concessão é alicerçada em sustentabilidade, intervenções pontuais de aperfeiçoamento da hidrovia e melhor aproveitamento das condições hidrológicas”, afirma Antunes. O maior benefício, diz ele, será garantir uma navegação eficiente, segura e ambientalmente sustentável tanto na estiagem quanto na cheia. Hidrovias como as dos rios Madeira, Tapajós e Tocantins também serão concedidas.

“A navegabilidade irrestrita aos portos de conexão com o comércio exterior permitirá maior competitividade dos nossos produtos. Modelos de concessão são a melhor saída para atrair investimentos”, elogia Rebelo III.

Já o decreto de regulamentação da lei 14.301/22, que criou o programa BR do Mar, de incentivo à cabotagem, deve sair ainda neste primeiro semestre. A lei também estimula o afretamento de embarcações estrangeiras nos rios. A regulamentação pretende agora tornar a cabotagem mais sustentável e competitiva.

MAPA AGRÍCOLA PASSA POR TRANSFORMAÇÃO QUE PODE DURAR ATÉ TRÊS DÉCADAS

As mudanças climáticas provocam alterações no calendário do campo e exigem que os agricultores brasileiros adotem medidas extras para proteger as colheitas o ano inteiro.

O agricultor Jorge Rosa, de 56 anos, vem de uma longa linhagem de trabalhadores rurais. Quando nasceu no Rancho das Palmeiras, no município de Viamão, Região Metropolitana de Porto Alegre, sua família já lidava com a terra, e ele seguiu os passos dos pais. Nos últimos cinco anos, no entanto, começou a desconhecer o solo de quem sempre fora tão íntimo. Março, por exemplo, era a melhor fase para semear a cenoura, mas o clima tornou-se muito quente no início do outono, e o calendário foi transferido para abril. Já o cultivo do melão e da melancia foi antecipado, começava entre agosto e setembro e, agora, a terra é preparada para essas frutas já em junho.

Este quadro de imprevisibilidade provavelmente é uma realidade com a qual Rosa terá que lidar por boa parte da vida. De acordo com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), instrumento de política agrícola e gestão de riscos na agricultura do Governo Federal, não há sinais ou possibilidade de reversão dessa tendência nos próximos 20 ou 30 anos.

“O mapa agrícola brasileiro está passando por transformações significativas, especialmente devido às restrições em áreas viáveis para uma segunda safra.”

Eduardo Monterio, Embrapa

Pesquisador de Agrometeorologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Eduardo Monteiro afirma que foi justamente nos últimos cinco anos que se tornou mais frequente a sequência de eventos meteo-

rológicos extremos, com intensidade, amplitude geográfica ou recorrência inéditas.

“O mapa agrícola brasileiro está passando por transformações significativas, especialmente devido às restrições em áreas viáveis para uma segunda safra. Devido aos atrasos no início e ao encurtamento da estação de cultivo, os agricultores precisam ajustar o calendário de plantio, e isso pode incluir a escolha de variedades de cultivares adaptadas, ciclos mais curtos e o replanejamento estratégico para garantir que a segunda safra seja realizada dentro do período adequado”, explica o pesquisador.

Um dos fornecedores da Feira Ecológica do Bom Fim (Porto Alegre), a maior feira de orgânicos da América Latina, Rosa precisou se adaptar às mudanças climáticas para garantir as colheitas, além de investir em técnicas para minimizar os impactos das altas temperaturas, como uso de tela de sombreamento e lonas agrícolas.

“A chuva que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024 não chegou a me prejudicar, o problema mesmo é o calor intenso. Temos que estar aten-

“Antes, tínhamos quatro estações bem estabelecidas, agora, as temperaturas aumentaram muito, e estou sempre fazendo experiências.”

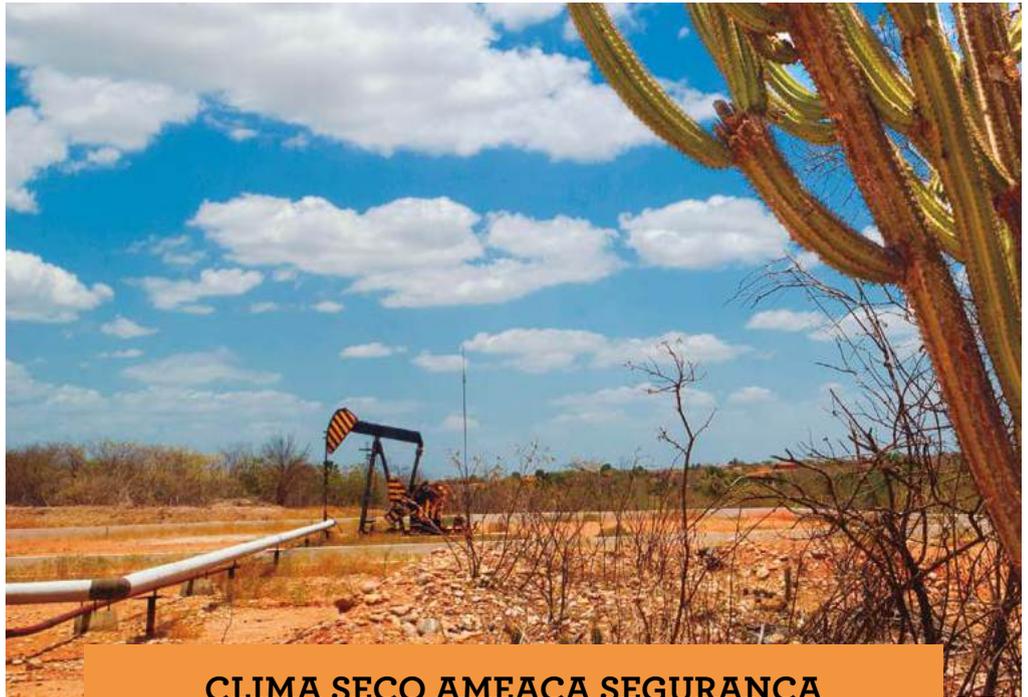
Jorge Rosa, Agricultor-RS

tos, porque não há mais um clima definido no Viamão. Antes, tínhamos quatro estações bem estabelecidas, agora, as temperaturas aumentaram e estou sempre fazendo experiências”, contou o agricultor.

RISCOS ECONÔMICOS

O pesquisador da Embrapa destaca que, com a instabilidade climática, seguros agrícolas tornaram-se essenciais para mitigar riscos econômicos, protegendo as operações financeiras dos agricultores e garantindo a continuidade da produção. Mais de 500 mil contratos de seguro ou crédito são apoiados pelo Programa de Seguro Rural (PSR) e pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), ambos do Governo Federal, a cada ano.

No entanto, afirma Monteiro, é preciso ressaltar que a produção agropecuária brasileira ainda é pouco protegida por mecanismos de transferência de risco (seguro). “Historicamente, ficamos abaixo dos 15% ou 20% da área agrícola com algum seguro ou Proagro. É pouco! À medida que eventos climáticos adversos crescem em proporção e frequência, aumentam os casos de inadimplência, endividamento e falência no campo”, diz ele, ressaltando os riscos sistêmicos para economias locais ou regionais, além de episódios mais frequentes de desabastecimento e inflação nos alimentos.



CLIMA SECO AMEAÇA SEGURANÇA ALIMENTAR DO PAÍS E FORÇA RECONFIGURAÇÃO NA AGRICULTURA

A região semiárida avançou no País, com uma taxa de expansão superior a 75 mil quilômetros quadrados a cada década, entre 1960 e 2020. A constatação de especialistas dos institutos nacionais de Pesquisas Espaciais (Inpe) e de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) dá a noção do estrago que as mudanças climáticas vêm provocando no País. “São 750 mil hectares por ano!”, observa Eduardo Monteiro.

Autor de um artigo publicado na revista científica inglesa Nature, o professor Márcio Cataldi, do Departamento de Engenharia Agrícola e Meio Ambiente da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirma que o País passa por uma crise hídrica sem precedentes, e que a água e seu manejo deveriam ser prioridades nacionais.

“O agronegócio utiliza irrigação, por isso, não sofre tanto com a falta de chuva, embora os mananciais de onde vem essa água sejam limitados. Já o agricultor familiar, que é quem coloca a comida na mesa do brasileiro, não tem recursos para investir em irrigação. Por isso, eles são os mais prejudicados, e todos nós seremos também”, afirma.

Já o professor da Unicamp Antonio Márcio Buainain, especialista em Economia Agrícola, prevê que os municípios hoje protagonistas do agronegócio podem perder relevância, enquanto novas fronteiras produtivas podem surgir.

“A reconfiguração do campo é inevitável. O desafio está em antecipar essas mudanças e conduzir a transição com inteligência e equidade, garantindo que a agricultura continue sendo um dos pilares do desenvolvimento nacional”, afirma.

COM DEMANDA EM ALTA, MERCADO IMOBILIÁRIO IMPULSIONA PRODUTOS DE SEGUROS

Além do Seguro Garantia e do Responsabilidade Civil de Obras, o mais contratado pelo setor é o de Riscos de Engenharia, que cresceu 12,2% em 2024, chegando a movimentar prêmios de R\$ 1,1 bilhão.

Um dos motores da economia brasileira, o setor de construção civil acumulou bons resultados nos últimos anos. O nível de atividades hoje é superior ao período pré-pandemia, perdendo apenas para o pico atingido em 2014, no auge das obras para a Copa do Mundo no Brasil naquele ano e as Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016. Os números atuais confirmam esse cenário: em 2024, o crescimento foi de 4,3%, e o PIB, de R\$ 359,5 bilhões — que representa quase 6% do PIB total do País —, segundo dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

O desempenho do setor está sendo impulsionado pelo mercado imobiliário. Nunca se lançou tantas unidades residenciais como no ano passado, principalmente por meio do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que ganhou novas regras e subsídios do Governo Federal. O número de imóveis lançados no País subiu 18,6% em 2024, alcançando 383,5 mil unidades — mais da metade delas enquadradas no MCMV. As unidades de médio e alto padrões também

se destacam, especialmente no valor de vendas, que cresceu 23,8% em relação a 2023.

Uma certa resiliência, no entanto, acompanha esse crescimento. Dois fatores têm andado colados com os investimentos imobiliários nos últimos tempos: a alta do custo de insumos de obras, que se intensificou no pós-pandemia e depois da guerra na Ucrânia, e a evolução da Taxa Selic, que vem subindo desde setembro do ano passado e hoje está em 15%.

O alto custo dos materiais destinados à construção civil afetou a viabilidade de empreendimentos e levou empresas a rever seus projetos para fechar as contas, mas não chegou a frear os lançamentos. Com a demanda crescente, as construtoras seguiram com novos projetos em todo o País (capitais e cidades do interior). A Selic, embora impacte o crédito imobiliário, não influencia os investimentos do MCMV, uma vez que o *funding* do programa vem do FGTS, que tem regras de subsídio e taxas de juros próprias.

Claudio Hermolin, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do

“A alta da Selic não nos impacta no curto prazo. Apesar da elevação dos juros em 2024, as construtoras já tinham projetos contratados e financiamentos fechados.”

Claudio Hermolin, Sinduscon-Rio

Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), ressalta que o mercado imobiliário tem um ciclo longo, que envolve compra de terrenos, elaboração dos projetos, lançamentos, obras e entrega, o que pode levar até cinco anos.



“A alta da Selic não nos impacta no curto prazo. Apesar da elevação dos juros em 2024, as construtoras já tinham projetos contratados e financiamentos fechados. Neste ano, ainda teremos um volume grande de início de obras, referentes aos projetos lançados no ano passado. Se houver um arrefecimento de lançamentos em 2025, no ano seguinte já poderemos observar uma queda”, afirma.

A expectativa da CBIC para 2025 é de crescimento moderado, com expansão de 2,3% no setor de construção civil. “A alta taxa de juros é apontada como um fator que pode impactar a expansão do setor, especialmente no mercado imobiliário de média e alta rendas e nas pequenas obras e reformas”, acredita o presidente da CBIC, Renato Correia.

Para Luiz França, presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), as perspectivas são positivas, mesmo em um ambiente de juros elevados. “Há uma base sólida para crescimento sustentável do setor, com incorporadoras capitalizadas e demanda

consistente. O País tem um déficit habitacional acima de sete milhões de moradias e uma demanda que vai superar 11 milhões de unidades nos próximos dez anos”.

“Há uma base sólida para o crescimento sustentável do setor, com incorporadoras capitalizadas e demanda consistente. O País tem déficit de sete milhões de moradias.”

Luiz França, Abrainc

● ● ● SEGUROS CRESCEM

O mercado imobiliário mobiliza uma ampla rede de fornecedores: de prestadores de serviços de arquitetura, engenharia e decoração a indústrias de materiais para obras e de bens de capital. O setor de seguros, especialmente, vem colhendo os louros do *boom* de lançamentos no País. Há três tipos de apólices que usualmente são contratadas quando uma construtora começa a erguer um empreendimento na planta: Riscos de Engenharia, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil de Obras.

O prêmio do seguro de Riscos de Engenharia tem crescido ano a ano desde 2022, quando somou R\$ 851 milhões. Em 2023, foram R\$ 981 milhões, alta de 15,3% em relação ao ano anterior. Em 2024, a evolução foi de 12,2%, com faturamento de R\$ 1,1 bilhão. Não existe uma lista oficial de atividades que mais contratam esse tipo de seguro, mas o presidente da Comissão de Riscos de Engenharia da Fen-Seg, Luciano Martins, estima que o mercado

imobiliário seja hoje responsável por cerca de 30% da receita desse produto.

Entre as coberturas básicas, estão danos provenientes de causas externas ou intempéries da natureza, como queda de raio, incêndio, vendaval e explosão; erro de projeto que possa causar dano físico à obra, entulho, equipamentos, ferramentas e contra roubo de materiais, entre outros. “Nas grandes cidades, o roubo de materiais na obra é uma das maiores preocupações”, acrescenta Martins. A sinistralidade da carteira caiu 36,1%, entre 2023 e 2024, chegando a R\$ 406 milhões.

Não há obrigatoriedade de contratação de seguro de Riscos de Engenharia, a não ser em contratos de obras públicas ou cláusulas de financiamento bancário, que exijam a obtenção desse e de outros seguros. No setor privado, grandes construtoras do eixo Rio-São Paulo são as contratantes mais comuns desse tipo de seguro, mas há um interesse crescente de pequenas e médias empresas em outras grandes capitais por esse tipo de apólice.

“Ainda falta conhecimento sobre esse produto e como ele pode proteger as empresas ao longo das obras. Mas, depois do que aconteceu no Rio Grande do Sul, e com a maior incidência de catástrofes climáticas, a consciência vem mudando”, afirma Martins, acrescentando que a maio-

ria das seguradoras tem interesse em expandir a carteira desse produto. “É um nicho que o mercado gosta de atuar, embora a alta concorrência às vezes pressione o valor do prêmio, que acaba caindo e impactando a receita”, explica.

DANOS A TERCEIROS

Além da possibilidade de incluir a cobertura de Responsabilidade Civil de Obras na carteira de Risco de Engenharia, também há um seguro dedicado a cobrir danos a terceiros em atividades da construção civil, com mais coberturas incluídas: o RC Obras, que concentra cerca de 40% da arrecadação de RC Geral, ramo que teve um crescimento de 32% entre 2022 e 2024, passando de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 1,98 bilhão, e que, na percepção do mercado segurador, deve seguir nesse ritmo, surfando no desempenho do mercado imobiliário.

Entre as coberturas básicas do RC Obras estão danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, lucros cessantes de terceiros e custos com defesa judicial perante reclamação de terceiros. “Nas coberturas adicionais, podem ser incluídos erros de projeto que causem danos a terceiros, poluição súbita e acidental e o RC empregador, que cobre morte e invalidez eventual de empregados e que é, de longe, a cobertura

“O RC empregador, que cobre morte e invalidez eventual de empregados, é de longe a cobertura com maior impacto na sinistralidade da carteira.”

Fábio Barreto, FenSeg

“É um nicho (RC Obras) que o mercado gosta de atuar, embora a alta concorrência às vezes pressione o valor do prêmio, que acaba caindo e impactando a receita.”

Luciano Martins, FenSeg

“O mercado imobiliário enfrenta desafios (...) que podem encarecer projetos, o que eleva o risco de descumprimento contratual nas obras. E o Seguro Garantia ganha relevância.”

Ketlyn Stefanovic, FenSeg

com maior impacto na sinistralidade da carteira”, diz Fábio Barreto, presidente da Comissão de Responsabilidade Civil da FenSeg.

O Seguro Garantia também vem sendo beneficiado pela expansão do setor imobiliário. A apólice assegura que projetos sejam entregues mesmo diante de dificuldades financeiras ou operacionais do construtor e, caso o contratado não cumpra suas obrigações, a seguradora assume a conclusão da obra ou indeniza o contratante. Na construção civil, especialmente em empreendimentos na planta, esse seguro oferece segurança para investidores e compradores, minimizando riscos financeiros relacionados à paralisação ou ao abandono da obra.

“O mercado imobiliário enfrenta desafios como alta volatilidade econômica, aumento do custo de insumos e mudanças regulatórias que podem atrasar ou encarecer projetos. Essa conjuntura eleva o risco de inadimplência ou descumprimento contratual nas obras. Por isso, o Seguro Garantia ganha relevância”, ressalta Ketlyn Stefanovic, presidente da Comissão de Crédito e Garantia da FenSeg.

Entre 2023 e 2024, a arrecadação desse tipo de seguro aumentou 17,6%, chegando a R\$ 5,1 bilhões. As indenizações caíram 44% no período, somando R\$ 565 milhões no ano passado.

FIM DO MONOPÓLIO DO ACIDENTE DE TRABALHO: UM IMBRÓGLIO QUE SE ARRASTA DESDE 1990

Para especialistas, o modelo estatal desestimulava a prevenção; e seguradoras defendiam uma tarificação baseada no risco real de cada atividade, o que poderia estimular melhores práticas de segurança nas empresas.

A discussão sobre a quebra do monopólio do seguro de Acidente de Trabalho do INSS ganhou destaque nos anos 1990, impulsionada por fraudes bilionárias e pela má gestão do seguro estatal. Até 1967, seguradoras privadas atuavam na área, mas o regime militar estatizou a cobertura para capitalizar a Previdência Social e evitar seu colapso.

A Fenaseg (hoje CNseg) defendia um modelo híbrido, com participação do setor privado. Durante a reforma da Previdência de 1998, que introduziu o fator previdenciário, o tema da quebra do monopólio foi deixado de lado, apesar das expectativas do mercado.

Lideranças do setor afirmavam que o fim do monopólio dos seguros sociais poderia expandir a participação do mercado segurador de 1% para 7% do PIB. Para o então presidente da Fenaseg, João Elísio Ferraz de Campos, havia uma interferência excessiva do Estado no mercado segurador, com destaque para os seguros sociais, de saúde e, principalmente, de acidentes de trabalho — esse último explorado em regime mo-

nopolista. Ele atribuía tal comportamento a um furor estatizante do passado e de extraordinário peso para a sociedade.

SEM JUSTIÇA TARIFÁRIA

Na época, o INSS cobrava entre 1% e 3% da folha de pagamento das empresas, percentuais considerados inadequados por não diferenciar os riscos de ambientes distintos, como escritórios e fábricas. O modelo estatal, segundo especialistas, desestimulava a prevenção de acidentes. Já as seguradoras defendiam uma tarificação baseada no risco real de cada atividade, o que poderia estimular melhores práticas de segurança nas empresas.

O Brasil registrava cerca de um milhão de acidentes de trabalho por ano, com cinco mil mortes naquela década. Um dos maiores escândalos foi protagonizado pela advogada Jorgina de Freitas, que fraudou indenizações e desviou US\$ 112 milhões da Previdência. O caso impressionou até autoridades dos Estados Unidos, onde fraudes semelhantes não superavam US\$ 300 mil.

Entre 1985 e 1995, mais de 50 mil trabalhadores morreram em acidentes de trabalho no Brasil — número superior ao de vítimas da bomba de Nagasaki. Estimava-se que o fim do monopólio poderia gerar US\$ 4 bilhões anuais às seguradoras, com dois tipos de cobertura: uma para incapacidades e outra para acidentes traumáticos e súbitos.

A proposta de um modelo híbrido, com governo e setor privado em parceria, era amplamente defendida por trazer preços mais justos e maior eficiência. A última tentativa concreta de romper o monopólio ocorreu em 2019, mas o tema segue engavetado. A edição nº 813 da Revista de Seguros tratou do assunto em sua matéria de capa.

Confira em:

https://issuu.com/confederacaocnseg/docs/t1790_-_ano_76_jul.ago.set_n_813_1995

MUDANÇAS CLIMÁTICAS EXIGEM REESTRUTURAÇÃO DO SEGURO RURAL

Governo e Congresso buscam modernizar o programa para fazer frente aos riscos causados por eventos climáticos extremos e reduzir gastos do Tesouro com perdas crescentes no campo.

O setor agropecuário brasileiro tem sofrido duramente nos últimos anos com os efeitos das mudanças climáticas. Os fenômenos extremos provocam estragos para a produção e prejuízos também para os cofres públicos, que amparam principalmente pequenos e médios produtores. Mas uma alternativa pode atenuar esses danos: é a proposta de reestruturação e modernização do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que, além de contar com avanços tecnológicos, passaria a cobrir também plantações e pastagens abrangidas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). As mudanças em discussão tanto no âmbito do governo quanto do Congresso podem ampliar a área protegida para um recorde de 20 milhões de hectares.

Enquanto o Seguro Rural consiste na contratação de proteção pelos produtores com subvenções pagas pelo Governo Federal, o Proagro cobre prejuízos causados por eventos climáticos, pragas e doenças, com verbas do Orçamento. Em 2024, por exemplo, o governo despendeu R\$ 1,06 bilhão como forma de subsídio ao PSR, cobrindo uma área plantada de sete milhões de hectares. Em contrapartida, o

“O seguro agrícola é volátil. Temos que desenvolver expertise, pois não há muitos técnicos preparados para precificar, subscrever e fazer planos de negócio de seguros agrícolas,”

Clauccio Toyama, FenSeg

Tesouro teve que gastar R\$ 8,5 bilhões para resarcir prejuízos de agricultores responsáveis por 4,2 milhões de hectares cultivados.

Além das discussões no âmbito dos ministérios da Fazenda e da Agricultura e Pecuária, a reformulação do Seguro Rural também está sendo debatida na Comissão de Reforma Agrária do Senado, a partir do Projeto de Lei 2.951/2024, de autoria da

senadora Teresa Cristina (PP-MS), que procura estabelecer nova regulamentação para o setor.

Segundo Clauccio Toyama, presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, o setor de seguros tem participado das discussões nos dois Poderes e encaminhado propostas. Ele acredita que o segmento pode contribuir para um funcionamento mais eficiente da proteção aos agricultores.

A ideia é que, por meio de acesso mais amplo ao PSR, os produtores sejam estimulados a adotar tecnologias e técnicas que deem maior resiliência às áreas produtivas, a fim de fazer frente aos eventos extremos, incluindo modelos mais sustentáveis e de multiatividades, que se beneficiem também da preservação de cobertura florestal.

● ● ● PRODUTOS & SOLUÇÕES

A proposta é de que, por meio da inteligência artificial, *machine learning*, internet das coisas (IoT) e uso de dados, inclusive imagens de satélite, as seguradoras também possam remodelar seus produtos e oferecer soluções mais personalizadas e eficazes. O combate às fraudes e à sobreposição de benefícios também está na agenda.

“Toda tecnologia produtiva pode ser abarcada para a redução de custos, já que um produtor



“A ampliação dos repasses do Seguro Rural está diretamente condicionada a uma política de transição que assegure inclusão, transparência e previsibilidade aos envolvidos.”

Lívia Mathiaz, FAZ Advogados

“O modelo atual de Seguro Rural no Brasil tem diversos problemas, mas a falta de subvenção em volumes suficientes é o principal gargalo ao desenvolvimento da ferramenta.”

Guilherme Rios, CNA

que tem muito mais matéria orgânica no solo com certeza traz para o mercado segurador e para ele próprio menos risco de seca, pois a matéria orgânica retém água no solo”, exemplificou Toyama.

Segundo ele, para operar com maior disponibilidade de verbas e variedade de culturas, as seguradoras precisam não só usar a tecnolo-

gia para calcular os riscos com mais precisão, como devem também adquirir mais expertise voltada para o setor, inclusive com a contratação de especialistas.

“A modernização traz consistência de organização estrutural, com relação às iniciativas de governo para o crédito rural e a subvenção. Mas o seguro agrícola é muito volátil no Brasil. Temos que desenvolver expertise, pois não há muitos técnicos preparados para precificar, subscrever e fazer planos de negócio de seguros agrícolas”, explica Toyama.

Guilherme Rios, assessor técnico da Comissão Nacional de Política Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), defende, além da reformulação do modelo, a ampliação do volume de recursos do Seguro Rural. São parâmetros para consolidação que precisam da aprovação do projeto de lei já em tramitação no Congresso, incluindo-se aí a criação do Fundo de Catástrofe Agrícola.

“O modelo atual de Seguro Rural no Brasil tem diversos problemas, mas a falta de subvenção em volumes suficientes é o principal gargalo ao desenvolvimento da ferramenta. A disponibilização de recursos inadequados, aliada à concentração da subvenção em determinadas culturas

e regiões, aumenta os riscos aos quais o mercado segurador está exposto e dificulta a disseminação do seguro em todo o País”, ressalta Rios.

Lívia Mathiazi, advogada e coordenadora da área de Seguros e Resseguros do FAS Advogados, acredita que a ampliação da proteção do Seguro Rural, reduzindo o peso do Proagro, pode estimular a eficiência agrícola e a adoção de avanços técnicos contra os efeitos climáticos, em virtude de a iniciativa privada ser mais criteriosa no acompanhamento. No entanto, será necessário, segundo ela, uma transição com grande responsabilidade do governo, para que os agricultores sejam capacitados e tomem as medidas preventivas.

“A viabilidade da ampliação dos repasses do Seguro Rural está diretamente condicionada à estruturação de um ambiente regulatório robusto, ao fortalecimento da capacidade técnica das seguradoras e, sobretudo, à construção de uma política de transição que assegure inclusão, transparência e previsibilidade a todos os envolvidos”, argumenta Mathiazi.

A ampliação dos repasses do Seguro Rural está diretamente condicionada a uma política de transição que assegure inclusão, transparência e previsibilidade aos envolvidos.

O PERIGO ANDA SOBRE DUAS RODAS E PRODUZ UMA GERAÇÃO DE INVÁLIDOS

Os motociclistas representam 52% das mortes ocorridas no trânsito, quase 70% das internações nos hospitais públicos e 85% das vítimas que ficam com incapacidade permanente depois dos acidentes.

O crescimento da frota de motocicletas no Brasil causa justa apreensão em autoridades e entidades especializadas em trânsito. Com cerca de 35 milhões de motocicletas em circulação atualmente – em 2000, o número era de quatro milhões –, quase 70% das internações nos hospitais públicos se originam de acidentes envolvendo motociclistas.

Para levantar a discussão de políticas públicas a respeito da segurança na condução de veículos, a Fundación Mapfre divulgou os resultados do “Estudo sobre Hábitos e Comportamentos dos Motociclistas no Brasil”, em parceria com o Instituto Brasileiro de Segurança do Trânsito (IST), trazendo dados fechados em novembro de 2024 sobre o uso da motocicleta no País.

O estudo entrevistou mais de 1,2 mil motociclistas em todas as regiões, avaliando também os registros de atendimento a acidentados. De acordo com a pesquisa, entre 2000 e 2004, foram registradas 18 mil mortes de motociclistas, enquanto de 2015 a 2019 o número chegou a quase 60 mil óbitos.

Atualmente, os motociclistas representam 52% das mortes no trânsito e 85% das que ficam com incapacidade permanente nesse tipo de acidente. Em 2023, foram registradas 13,5 mil mortes em acidentes com motocicletas, contra 12 mil no ano anterior. O perfil dos acidentados traz predominância de homens jovens, entre 20 e 24 anos, e aponta que a maioria dos proprietários deste tipo de veículo tem renda familiar de até três salários-mínimos.

O levantamento da Mapfre confirmou ainda o quanto as taxas de mortalidade dos motociclistas brasileiros superam a de muitos países — principalmente os de Primeiro Mundo — e até os latino-americanos México, Argentina e Costa Rica. A taxa de mortalidade masculina devido a sinistros de trânsito no Brasil, em 2019, ultrapassava em 30% a do México, estava 50% acima da registrada nos Estados Unidos, correspondendo ao dobro do índice em Portugal, ao triplo do observado na Itália, quatro vezes acima do Canadá e oito vezes maior do que na Noruega.

O aumento da frota de motocicletas deve-se tanto à popularização dos serviços de entrega

“Enquanto não houver multas pesadas aos infratores, continuaremos a ver motocicletas circulando sobre calçadas e o fracasso total das políticas públicas.”

Rodolpho Rizzotti, SOS Estradas

quanto à facilidade de movimentação no trânsito, principalmente nas grandes cidades. Em alguns estados brasileiros, notadamente no Nordeste, há mais motocicletas do que automóveis particulares, mas boa parte dos pilotos



“Enquanto o DPVAT vigorou, havia registro de acidentados que não recebiam atendimento. Em muitos locais do interior, as motos substituíram os jegues.”

Eduardo Benoliel, BI-SUS

não tem licença para conduzi-las — outro fator agravante de acidentes. Um quadro que, para especialistas em trânsito, só será alterado com punição severa.

● ● ● ESTÍMULO À IMPUNIDADE

Para o economista Rodolpho Rizzotti, coordenador do portal SOS Estradas, o Brasil está criando uma geração de inválidos. Segundo ele, a quantidade de motos em circulação é prova da ineficiência do transporte coletivo.

“Os mototáxis e os motoboys que fazem entregas não deveriam transitar entre os outros veículos. E ainda há um estímulo à impunidade, com mídias sociais informando a localização de radares e motociclistas postando vídeos mostrando acrobacias e manobras arriscadas para alcançar milhões de visualizações. Enquanto não houver multas pesadas aos infratores, continuaremos a ver motocicletas circulando sobre calçadas e o fracasso total das políticas públicas”, avalia.

As estatísticas de atendimento, no entanto, podem encobrir dados relevantes, segundo o engenheiro Eduardo Benoliel, que trabalhou no desenvolvimento de sistemas de informática de saúde pública, entre eles, o de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), em 1983, utilizado até hoje. Recentemente, ele criou a plataforma BI-SUS para democratizar o acesso a informações estratégicas do Sistema Único de Saúde (SUS), que, no entanto, pode ter subnotificação dos casos.

“Enquanto o DPVAT vigorou, havia registro de acidentados que não chegavam a receber atendimento. Em muitas localidades do interior, as motos substituíram os jegues. São lugares tão isolados que nem sempre se consegue levar o acidentado a um hospital. Com o fim do DPVAT, ficaremos sem essas informações”, observa o engenheiro.

● ● ● SEGURO DPVAT

A cabeleireira Iris Lee, de 27 anos, foi beneficiada pelo DPVAT quando se acidentou em se-

tembro de 2024, com direito ao seguro em vigência. Um carro abalroou a motocicleta pilotada por seu namorado, e ela teve que se submeter a cirurgias para reconstruir o fêmur fraturado.

Durante a licença para a recuperação, ela procurou a DS Beline, assessoria especializada em vítimas de acidentes. A empresa orientou Íris a dar entrada nos pedidos de DPVAT, auxílio-doença e auxílio-acidente. O auxílio-doença é pago a todos os contratados por CLT durante o afastamento do trabalho. Já o auxílio-acidente é concedido aos que não conseguem retomar às atividades profissionais devido a sequelas do acidente. “Fiquei com dificuldades de locomoção, o que afetou minhas atividades”, conta Íris.

Segundo Cristiano Maciel, diretor da DS Beline, o auxílio-acidente, pouco conhecido, é pago até a aposentadoria a trabalhadores que têm sequelas permanentes. Nos últimos quatro anos, a empresa orientou 20 mil clientes atendidos — 40% relacionados a acidentes de trajeto e 25% envolviam motociclistas.

INJUSTIÇA CLIMÁTICA É TAMBÉM UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Ministério das Mulheres criou um Grupo de Trabalho (GT) para debater, formular, coordenar e elaborar estratégias de participação e intervenção das mulheres na COP30.

Tema central nas discussões diplomáticas globais, a crise climática não afeta todas as pessoas de maneira uniforme. Os grupos mais pobres e vulneráveis – como mulheres, crianças, negros, indígenas, ribeirinhos e pessoas em situação de rua – são os mais impactados por enchentes, secas, queimadas e desastres ambientais. No planeta em que a desigualdade de gênero é um problema latente, é evidente que os efeitos das mudanças climáticas são ainda mais intensos para mulheres, jovens e meninas.

Na abertura da 69ª Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW69), realizada em março deste ano na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), Sima Sami Bahous, diretora-geral da ONU Mulheres, foi taxativa: “As mudanças climáticas são a crise definidora do nosso tempo, e não são cegas em termos de gênero. As justiça climática e de gênero são inseparáveis. É hora de defender as duas juntas”, pontuou.

De acordo com o relatório “Panorama de gênero 2024”, produzido pela ONU Mulheres, estima-se que, até 2050, 158 milhões de mulheres e meninas sejam empurradas para a pobreza, representando 16 milhões a mais do que o número de homens e meninos afetados.

“As mudanças climáticas são a crise definidora do nosso tempo, e não são cegas em termos de gênero. As justiça climática e de gênero são inseparáveis, e é hora de defender as duas juntas.”

Sima Sami Bahous, ONU Mulheres

A discussão sobre o assunto e o desenvolvimento de políticas públicas que tentem mitigar essas diferenças farão parte dos debates da Conferência das Partes – COP30, que será realizada em novembro, em Belém do Pará.

AGENDA DE GÊNERO

O Ministério das Mulheres criou, no mês de abril, o Grupo de Trabalho Mulheres na COP30, que pretende debater, formular, coordenar e elaborar estratégias técnicas e políticas de participação, inserção e intervenção das mulheres na conferência.

“Trabalhamos para desenvolver uma agenda de gênero e justiça climática e estamos nos organizando para participar da COP30. Considerando as vulnerabilidades das mulheres, estamos construindo o Plano Gênero e Clima, que pretende agregar ações nacionais voltadas para a mitigação e a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Para desenvolver esse plano, temos um GT que foi nomeado em meados de abril”, ressalta Fátima Cleide Rodrigues da Silva, secretária nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política (SENATP) do Ministério das Mulheres.

Segundo ela, o Plano Gênero e Clima integra o processo de construção da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e deve ser concluído no final de 2025 ou início de 2026.

“Pretendemos discutir o Plano Gênero e Clima durante a realização da COP30 e também no



processo de construção da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Esperamos que esse instrumento seja finalizado no final de 2025 ou início de 2026, após as escutas das mulheres afetadas", informa Fátima.

Outra ação que contará com a participação do GT recentemente criado é a produção de um protocolo único de atendimento às mulheres e meninas em situação de emergência climática.

Durante as enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul, em 2024, o Ministério das Mulheres elaborou um documento específico para os casos de cheias. Agora, por meio da escuta de mulheres dos diversos biomas brasileiros, será formulado um novo protocolo.

Fátima Cleide explica que, nos momentos de crise, é necessário um atendimento diferenciado para mulheres e jovens. "Quando há deslocamento forçado, mulheres e meninas enfrentam mais riscos de sofrer violências doméstica, sexual, tráfico de pessoas e casamentos forçados. Nessas situações, é necessário que o poder público disponha de protocolos claros para o atendimento a elas. É fundamental garantir a segurança e a saúde dessas mulheres."

A secretária complementa: "A atenção é necessária, pois não são apenas um ou dois casos

“Estamos construindo o Plano Gênero e Clima, que pretende agregar ações nacionais voltadas à mitigação e à adaptação dos efeitos das mudanças climáticas.”

Fátima Rodrigues da Silva,
Ministério das Mulheres

de estupros nos alojamentos. Além de as mulheres estarem sobrecarregadas, uma vez que aumentam o trabalho na cozinha, na limpeza e no cuidado com as roupas e com os idosos, sempre há um aumento da carga de trabalho para elas.”

O Ministério das Mulheres esteve na COP28, em Dubai, em 2023, e na COP29, em Baku, no Azerbaijão, em 2024. Para o evento que ocorrerá no Brasil, a pasta desenvolveu, em parceria com a Universidade de Brasília (UNB), um curso de formação para cem mulheres que participarão da conferência mundial. Com início previsto para os meses de junho ou julho, o curso recebeu o nome de Diplomacia Popular.

“O curso é voltado para mulheres de populações e comunidades tradicionais e indígenas de diferentes biomas. O objetivo é capacitar todas para que possam incidir nos debates e nas negociações que ocorrerão na COP30”, conta Fátima.

O Ministério aguarda a confirmação de participação por parte do Governo Federal e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), organizadora da conferência.

“Estamos trabalhando para organizar atividades pelo Ministério das Mulheres na COP30, por meio de um espaço lilás que estamos idealizando. Lá, esperamos desenvolver diversas atividades em diálogo com o movimento social”, finaliza Fátima.

NOVA LEGISLAÇÃO REPRESENTA VIRADA HISTÓRICA PARA CONTRATOS DE SEGUROS

A lei passa a vigorar em 11 de dezembro deste ano, regendo os contratos firmados a partir desta data. Aqueles que forem firmados até a véspera seguem as regras anteriores.

Organizadoras do livro “Lei de Seguros Interpretada (Lei 15.040 - Artigo por Artigo)”, as advogadas Glauce Carvalhal, diretora jurídica da CNseg, e Angelica Carlini, consultora jurídica e docente de pós-graduação na Escola de Negócios e Seguro-ENS, concordam que a nova legislação representa uma virada histórica para os contratos de seguros no Brasil. A lei passa a vigorar em 11 de dezembro deste ano, regendo os contratos firmados a partir desta data. Aqueles firmados até a véspera seguem as regras anteriores – capítulo XV da Lei nº 10.406/2002 e, no que couber, ao Decreto-Lei nº 73, de 1966.

A nova norma cobre todas as fases contratuais: da proposta à liquidação de sinistros. Seu objetivo é ampliar a segurança jurídica e fortalecer a confiança no setor. Também facilita a compreensão dos contratos e valoriza o papel da boa-fé. A nova lei atualiza princípios já presentes no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Para especialistas, o avanço aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais.

Um dos pontos centrais da nova legislação é o esforço para equilibrar a liberdade das partes com a função social dos contratos. A diretora jurídica da CNseg lembra que esse equilíbrio está no cerne das relações contratuais modernas.

“A nova lei busca equilibrar a liberdade das partes com a função social do contrato e seu pilar de cooperação. As obrigações são estabelecidas tanto para segurados quanto para seguradoras, o que promove maior transparência e clareza nos deveres de cada lado”, afirma Glauce Carvalhal.

Angélica Carlini afirma que a nova lei reforça a ideia de que o contrato de seguro é, essencialmente, uma construção colaborativa. “A função social dos contratos de seguro é marcante por se tratar de um instrumento de caráter intensamente colaborativo. A formação de um fundo mutual, a obrigatoriedade da boa-fé e a proteção do interesse legítimo tornam o contrato permeado pela função social”, avalia.

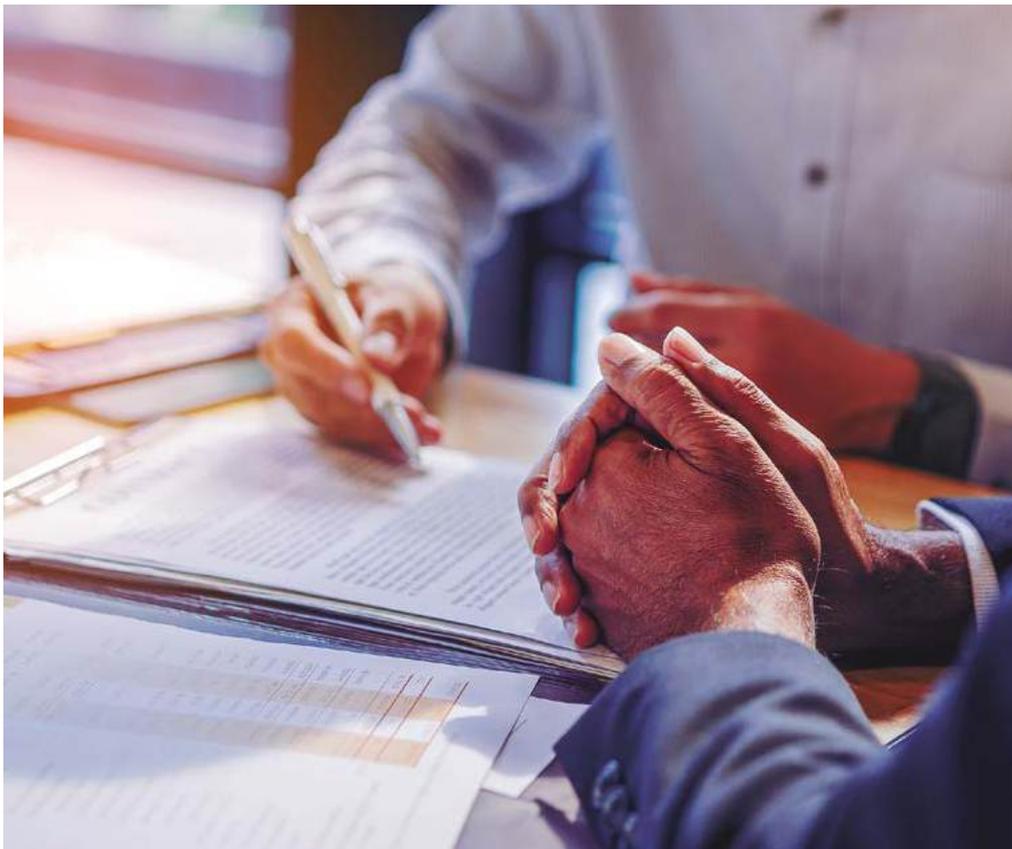
A lei prevê, por exemplo, que o segurado deve informar tudo o que souber ou devesse saber sobre o risco, enquanto a seguradora

“As obrigações são estabelecidas tanto para segurados quanto para seguradoras, o que promove maior transparência e clareza nos deveres de cada lado.”

Glauce Carvalhal, CNseg

deve indicar com clareza quais informações são relevantes, além de alertar para as consequências da omissão. Há, assim, um compromisso mútuo com a transparência.

A nova lei detalha o dever de informação como responsabilidade recíproca. Tanto se-



“A lei precisará dialogar com outras normas em desenvolvimento, como a legislação de proteção de dados, a futura lei de inteligência artificial e o direito civil digital.”

Angelica Carlini, ENS

guradores quanto segurados devem atuar com clareza, precisão e cooperação durante toda a vigência do contrato. Para Glauce, o reforço ao dever de informação contribui diretamente para a prevenção de litígios e a formação de contratos mais justos.

“Ao estruturar com mais clareza os deveres contratuais, a lei facilita a compreensão dos contratos e ajuda a evitar conflitos jurídicos, o que beneficia tanto o consumidor quanto o mercado.”

● ● ● DESAFIOS TECNOLÓGICOS

Apesar de representar um marco para o setor, a nova lei ainda deixa lacunas em relação ao ambiente digital. Segundo Angelica Carlini, o texto não aborda temas contemporâneos que já fazem parte da realidade do mercado, como distribuição digital, liquidação automatizada e uso de *blockchain*.

“A lei estabelece diretrizes legais importantes, mas precisará dialogar com outras normas em desenvolvimento, como a legislação de proteção

de dados, a futura lei de inteligência artificial e o direito civil digital”, alerta Angelica.

Ela ressalta que o Projeto de Lei nº 4/2025, que revisa o Código Civil, já trata dessas questões e poderá complementar a nova estrutura jurídica do setor de seguros. A nova lei entra em vigor em dezembro de 2025, o que exige celeridade para se preparar. As mudanças, porém, são profundas e transversais: envolvem áreas como tecnologia, jurídica, compliance, regulação de sinistros, marketing e atendimento ao cliente.

“As seguradoras precisarão revisar contratos, reformular questionários de avaliação de riscos e ajustar processos internos. Isso exigirá tempo, investimento e capacitação das equipes”, observa Glauce.

Angelica destaca que, além da nova Lei de Seguros, 2025 trará outras mudanças relevantes, como a entrada em vigor da Lei Complementar nº 213 e o avanço do *Open Insurance*. “Os desafios vão além da legislação. É uma transformação estrutural, que exige diálogo técnico e transparente entre todos os atores do setor”, afirma.

Para Glauce Carvalhal, o novo marco legal deve ser entendido como um passo importante não só para o crescimento do setor, mas para o amadurecimento da cultura de seguros no País. “Reunir direitos e deveres em um único diploma legal traz clareza para todos os envolvidos. Quanto mais o consumidor compreende os produtos de seguro, mais confiante estará para contratá-los. Essa transparência é o que sustenta a credibilidade e o desenvolvimento do setor”, pontua.

Com uma base jurídica mais sólida e adaptável, o setor de seguros ganha fôlego para crescer com segurança — e para contribuir, de forma ainda mais decisiva, para a proteção econômica da sociedade brasileira. Se bem implementada, a nova lei poderá representar não apenas um avanço regulatório, mas também uma oportunidade de amadurecimento institucional do mercado de seguros no Brasil. Com isso, ganha a sociedade como um todo, ao contar com um sistema mais robusto, claro e confiável de proteção contra riscos.

INOVAÇÃO EM SEGUROS: O PAPEL DA IA PARA O SETOR ALCANÇAR 10% DO PIB ATÉ 2030

*A inovação é a chave para tornar os seguros mais acessíveis e atraentes para a população.
A personalização dos produtos é uma tendência crescente.*

O setor de seguros no Brasil enfrenta um momento crucial com a meta ambiciosa de representar 10% do PIB até 2030, conforme delineado no Plano de Desenvolvimento do Mercado Segurador. Para alcançar essa meta, é essencial que a indústria não apenas aumente a penetração dos seguros, mas também inove em produtos, processos e canais de distribuição. A inteligência artificial (IA) surge como uma ferramenta poderosa para impulsionar essa transformação.

Atualmente, o setor representa cerca de 6,5% do PIB (considerando o segmento de Saúde), um número que revela grande potencial de crescimento. Comparado a países desenvolvidos, onde a penetração pode ultrapassar 10% ou 15%, fica evidente que há um espaço significativo para expansão. No entanto, o desconhecimento dos produtos de seguros, alguma dificuldade de acesso ou produtos menos adequados ao perfil e às necessidades dos clientes são barreiras que precisam ser superadas.

A inovação é a chave para tornar os seguros mais acessíveis e atraentes para a população — e pode se manifestar de várias formas, como a personalização dos produtos, uma tendência crescente. Em todo o mundo, as seguradoras estão utilizando dados para criar produtos sob

“A automação de processos internos, como análise de sinistros, combate à fraude ou atendimento ao cliente, pode resultar em maior eficiência e redução de custos.”

medida, como seguros de saúde, que consideram o histórico médico individual, ou de automóveis, que ajustam os prêmios com base no comportamento na direção. Além disso, a automação de processos internos, como a análise de sinistros, combate à fraude ou atendimento ao cliente, pode resultar em maior eficiência e redução de custos.

A massificação do seguro é outra estratégia vital e depende do desenvolvimento de produtos acessíveis e compreensíveis e campanhas educativas que informem sobre a importância dos seguros. A digitalização dos canais de distribuição é essencial nesse processo, pois permitem que as seguradoras alcancem um público mais amplo por meio de plataformas online e aplicativos móveis.

Com a capacidade para analisar grandes volumes de dados, a IA pode melhorar a análise de risco e a personalização de produtos. Algoritmos de aprendizado de máquina podem prever, por exemplo, a probabilidade de sinistros ou fraude com base em dados e comportamentos, permi-



tindo que as seguradoras ajustem seus prêmios de forma mais precisa — além de automatizar a gestão de reclamações, garantindo uma experiência mais satisfatória para os clientes.

Mas a adoção de IA no setor de seguros não é isenta de desafios. A resistência cultural nas organizações, as dificuldades no acesso à coleta e uso de dados e a falta de habilidades técnicas e ferramentas são barreiras que precisam ser superadas. Para isso, as seguradoras devem investir em treinamento e capacitação, promovendo uma cultura de inovação que incentive a experimentação e a colaboração. Há várias seguradoras que já desenvolvem seus laboratórios de inovação, para design e teste de novos produtos e processos, e um ecossistema de inovação.

“As seguradoras devem investir em **treinamento e capacitação, promovendo uma cultura de inovação que incentive a **experimentação e a colaboração**.”**

Conclusão: a inovação e a adoção de IA são fundamentais para o futuro do setor de seguros no Brasil. Para atingir a meta de alcançar 10% do PIB até 2030, as seguradoras devem se concentrar em aumentar a penetração de seguros, diversificar a oferta de produtos, adotar novas tecnologias e conhecer melhor seus clientes e distribuidores.

Embora haja desafios a superar, as oportunidades são vastas. A colaboração entre seguradoras, *fintechs* e empresas de tecnologia é essencial para impulsionar essa transformação e garantir que mais brasileiros tenham acesso a produtos de seguros que atendam às suas necessidades.

(*) Nuno Vieira | Partner/Principal | Business Consulting da EY

O FUTURO DO SEGURO ENTRE ALGORITMOS, CATÁSTROFES E REGULACÕES

Conseguo 2025 põe no radar do mercado segurador novos riscos e oportunidades gerados por ambientes de incertezas decorrentes de extremos climáticos e de inovações disruptivas.

O mercado de seguros se encontra em um ponto de virada em tempos de instabilidade e mudanças rápidas, constatou a Conseguo 2025, que ocorreu em São Paulo, no dia 27 de maio, e serviu como um autêntico radar estratégico para o setor. Com a participação de aproximadamente 800 pessoas, o evento identificou os principais riscos e oportunidades que já estão moldando o presente e que têm o potencial de impactar ainda mais o futuro das seguradoras.

“A estabilidade empresarial virou uma ilusão”, decretou David Roberts, fundador da Global Inspiration Goals, em palestra que eletrizou o público. Segundo ele, vivemos uma era em que inovações disruptivas — como inteligência artificial, robôs humanoides e edição genética — não apenas transformam negócios, mas reduzem drasticamente sua longevidade média. E o setor de seguros, com sua alta exposição a riscos e vulnerabilidades, não está imune.

Mas a transformação digital não veio sozinha. As discussões da Conseguo também expuseram dilemas que vão além da tecnologia. O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, criticou duramente medidas recentes que afetam a atratividade do setor, como o aumento do IOF sobre fundos VGBl e a obrigatoriedade da compra de créditos de carbono com reservas financeiras dos clientes. Para ele, essas decisões prejudicam a previsibilidade e desestimulam investimentos de longo prazo.

O tema regulatório ganhou ainda mais peso com a fala do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que apontou a segurança jurídica como essencial para o bom funcionamento do mercado segurador. “A palavra do con-



trato representa a sacralidade da segurança jurídica”, disse ele. Sobre o novo marco de seguros (Lei nº 15.040/2024), Fux concordou que suas regras passam a valer apenas para os contratos assinados a partir de 11 de dezembro, data de vigência da nova legislação.

A sustentabilidade também teve protagonismo, especialmente nos debates sobre o papel das seguradoras diante das mudanças climáticas. A proposta de um Seguro Social de Catástrofe foi apontada como uma ferramenta urgente para a mitigação de riscos em municípios mais vulneráveis. Por fim, a tecnologia apareceu como um fio condutor que atravessa todas as frentes — da inclusão financeira à personalização de produtos. A inteligência artificial, em especial, foi destacada não como uma ameaça, mas como uma aliada poderosa na construção de um setor mais eficiente, acessível e resiliente.

NOTA

● A EXECUTIVA CLAUDIA PRATES É A NOVA DIRETORA DE SUSTENTABILIDADE DA CNSEG.

Sua missão é fortalecer as ações e projetos da agenda Social, Ambiental e Climática no setor segurador. Mestre em economia, Claudia Prates é oriunda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde atuou por 28 anos, inclusive como diretora entre os anos de 2016 e 2019.

CNSEG LANÇA A TERCEIRA AGENDA INSTITUCIONAL COM PRIORIDADES PARA 2025

Com foco em modernização, sustentabilidade e diálogo com o poder público, foi lançada em Brasília a Agenda Institucional 2025 da CNseg. A publicação reúne os temas mais relevantes em debate nos poderes Executivo e Legislativo, com destaque para a regulamentação da Reforma Tributária, o Marco Legal dos Seguros e a Agenda Climática. O evento ocorreu em 23 de abril e reuniu parlamentares, autoridades do Judiciário e representantes das principais seguradoras do País.

A terceira edição da Agenda destaca, entre as propostas centrais, a criação do Seguro Social de Catástrofe, que prevê indenizações rápidas para vítimas de desastres naturais; a ampliação

do alcance do Seguro Rural; o seguro ambiental como facilitador para o licenciamento de obras, além da aplicação do Seguro Garantia com cláusula de retomada, já em vigor em alguns estados, para evitar a paralisação de projetos públicos.

O setor automotivo e os seguros de veículos seguem no radar, diante da perspectiva de regulamentação das cooperativas de seguros, com a recém-aprovada Lei Complementar 213/2025. Educação financeira e Sustentabilidade são outros pilares da Agenda Institucional.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, destacou a importância do documento como plataforma de diálogo com os



Três Poderes. “O seguro é uma alavanca essencial para o desenvolvimento do País, da saúde à infraestrutura, do agronegócio à economia verde”, afirmou.

Leia na íntegra em <https://cnseg.org.br/publicacoes/agenda-institucional-do-mercado-segurador-2025>.

2ª EDIÇÃO DA AGENDA JURÍDICA DO MERCADO SEGURADOR É LANÇADA NA OAB-SP

A CNseg lançou, em 7 de abril, na sede da OAB-SP, a segunda edição da Agenda Jurídica do Mercado Segurador, em evento que reuniu líderes do setor, autoridades jurídicas e especialistas para discutir os principais temas que impactam o mercado de seguros no Brasil. A nova edição incorpora oito processos e encerra 23, representando mais de 50% dos casos da edição anterior. Atualmente, 58% dos processos são de natureza cível e regulatória, seguidos por 23% de casos tributários e processuais.

A agenda 2025 lista, entre os assuntos prioritários, a discussão sobre a in-

cidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas financeiras das seguradoras, a Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) relacionada à irretroatividade de regras da nova Lei de Licitações e o julgamento da constitucionalidade da Lei do Rol de Procedimentos da ANS.

A CNseg atua diretamente em cinco processos no STF, incluindo a ADC 90, que trata da irretroatividade do Estatuto da Pessoa Idosa aos contratos de planos de saúde, e a ADI 7.428, que discute a inscrição automática de recém-nascidos submetidos a tratamento após o prazo legal.



Veja a publicação na íntegra em https://cnseg.org.br/publicacoes/agenda-juridica-do-mercado-segurador-2025?utm_source=chatgpt.com.

"TEM SEGURO DE...?"

[Por: Wagner Ricardo Fotos: Divulgação, Banco de Imagens]

A TRANQUILIDADE OFERECIDA PELO SEGURO QUE AMPLIA A GARANTIA DE FÁBRICA

Garantia Estendida cai no gosto popular e deve superar os R\$ 4 bilhões em 2025. Desempenho segue o rastro das vendas de bens duráveis e semiduráveis.

●●● O seguro Garantia Estendida avança à medida que cresce a conscientização do consumidor por proteção adicional a bens duráveis, como eletrônicos, eletrodomésticos e automóveis. Em 2024, houve crescimento expressivo nos prêmios arrecadados: R\$ 3,8 bilhões, aumento de 10,9% em relação ao ano anterior, informou o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

Antes mais um serviço de assistência, a conversão da garantia estendida em seguro deu mais segurança ao produto e também abriu portas para milhões de novos consumidores. Foi no ano de 2005, a partir da Resolução 122, de 3 de maio, do CNSP, seguida de regulamentação pela Susep.

Para separar o joio do trigo, a norma definiu que, para oferecer a garantia estendida, as empresas deveriam se transformar em seguradora ou se associar a uma para permanecer no mercado — e deu prazo de 180 dias para o alinhamento à nova legislação.

Naquele período, a nova classe média brasileira — termo cunhado pelo economista Marcelo Neri (FGV) para designar as famílias que saíam da classe D para C (entre 2003 e 2008, quando o número de pobres foi reduzido em três milhões) — propiciou uma significativa mudança no padrão de consumo, mediante o acréscimo de vários novos itens, especialmente alimentos industrializados e bens duráveis.



"Em 2024, obtive um crescimento expressivo, alcançando R\$ 3,8 bilhões em prêmios arrecadados — um aumento de 10,9% em relação ao ano anterior."

Dyogo Oliveira, CNseg

Vinte anos depois, a nova classe média brasileira submergiu, mas o seguro Garantia Estendida mantém sua trajetória de alta, confirmando o acerto da regulamentação. Na época, os prognósticos di-

ziam que esse seguro daria um acréscimo de R\$ 500 milhões por ano e deveria incorporar um milhão de novos segurados na carteira por mês, principalmente das classes C, D e E.

Apenas no primeiro bimestre do ano, a arrecadação foi de R\$ 679,30 milhões, 10,36% acima do observado no mesmo período de 2024. Em fevereiro, a arrecadação foi de R\$ 314,8 milhões, aumento de 6,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. A previsão é de que mantenha a taxa de crescimento em dois dígitos, na faixa de 10,5%. O seguro que cobre defeitos ocorridos após o fim da garantia de fábrica dos produtos segue em voo de brigadeiro.

●●● TURBULÊNCIA NA COVID

Dyogo Oliveira lembra que o único momento de turbulência da expansão do seguro se deu durante o período da pandemia de Covid-19. "Durante esse período, com restrição às compras presenciais, o setor, que até então dependia fortemente da força de vendas dos lojistas, enfrentou desafios na comercialização".

Os ajustes retomaram o viés de alta adesão ao seguro no momento da compra, sobretudo porque as grandes redes varejistas também ampliaram a oferta do seguro em suas plataformas digitais e físicas. O produto segue o jogo e se destaca entre as coberturas de bilhões no segmento de Danos e Responsabilidade.

Uma jornada inovadora tem início e meio, mas nunca um fim.

Estude na Escola de Negócios e Seguros, a maior instituição de ensino especializada em Seguros da América Latina.

- GRADUAÇÃO
- PÓS-GRADUAÇÃO
- MBA
- IMERSÕES INTERNACIONAIS
- CERTIFICAÇÕES AVANÇADAS
- E MUITO MAIS!



CONHEÇA MAIS
SOBRE A ENS EM:
ens.edu.br
0800 025 3322

NOSSAS UNIDADES

Rio de Janeiro
Rua Senador Dantas, 74
Centro, Rio de Janeiro - RJ

São Paulo
Rua Rogério, 1500
Condição, São Paulo - SP



A sua Escola
de Negócios
e Seguros.



NOTÍCIAS DO SEGURO

O essencial do mercado em um só lugar.

Desvende o universo do mercado segurador com o portal Notícias do Seguro.

Explore informações exclusivas, tendências e Insights que moldam o setor.

Notícias do Seguro, sua fonte confiável de conhecimento - sempre atualizada.

noticiasdeseguro.org.br

